

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



Vitimação por Stalking e Cyberstalking em universitários brasileiros

Rebeca Orselli Monteiro

Porto, 2021

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



Vitimação por Stalking e Cyberstalking em universitários brasileiros

Rebeca Orselli Monteiro

Porto, 2021

Vitimação por Stalking e Cyberstalking em universitários brasileiros

Rebeca Orselli Monteiro

Assinatura: _____

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de violência e de crime, sob orientação da Profa Doutora Ana Isabel Sani e Co-orientação do Prof Doutor. Antonio de Pádua Serafim.

Resumo

As práticas de *stalking* e *cyberstalking* são caracterizadas por violência interpessoal e apresentam padrões de comportamentos persistentes. Ambos os fenômenos são tidos como um problema de saúde pública e social, inclusive na população universitária que é tida como a mais vulnerável. Na realidade brasileira, não se evidenciam muitos estudos abordando a caracterização, modalidade e padrão de vítimas dos comportamentos de *stalking* e *cyberstalking*. Foram estudadas as práticas de *stalking* e *cyberstalking* em universitários brasileiros através do Inventário de Vitimização por *Stalking* (IVS) e pela Escala de Avaliação de *Cyberstalking* (EAC). Participaram do estudo 236 universitários, de ambos os sexos (79.2% mulheres e 20.8% homens) e a faixa etária entre 17 e 47 anos ($M= 22.68$, $DP= 3.84$). Os resultados evidenciaram a prevalência de *stalking* e *cyberstalking* sendo a taxa de 44.1% semelhante à literatura internacional. Com base nesses dados, o estudo foi direcionado aos 104 participantes (44.1%) que se definiram como vítimas de *stalking* e *cyberstalking*. Observou-se que são predominantemente do sexo feminino (83.7%), enquanto os agressores são majoritariamente homens (76.9%). Os comportamentos de vitimização de *stalking* se caracterizaram por tentar entrar em contato de forma não desejada (79.8%), aparecer em locais frequentados pela vítima (42.3%) e vigiar ou pedir a alguém para vigiar a vítima (34.6%). Enquanto os de *cyberstalking* foram de hiperintimidade, como enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes (89.3%). Os resultados corroboram a literatura quanto a ocorrência do *stalking* e *cyberstalking* na realidade brasileira, o que demanda ampliação dos estudos. Além disso, implica no desenvolvimento de política pública, bem como na produção de informações à população visando a redução de vítimas desses fenômenos.

Palavras-chave: Stalking; Cyberstalking; Estudantes Universitários

Abstract

Stalking and cyberstalking are characterized by interpersonal violence and have persistent behavior pattern. Both phenomena are seen as public and social health problems, including the university population, which is considered the most vulnerable. In Brazil, there are not many studies addressing the characterization, modality, and pattern of victims of stalking and cyberstalking behaviors. The study aimed to verify the stalking and cyberstalking practices in Brazilian university students through the following instruments: Inventário de Vitimação por Stalking (IVS) and Escala de Avaliação de cyberstalking (EAC). The total sample had 236 university students, of both genders (79.2% women, 20.8% men) and age between 17 and 47 years old ($M=22.68$, $DP=3.84$). The results found were the same prevalence of stalking and cyberstalking (44.1%) similar to international literature. According to the collected data, this study was specifically to the 104 participants (44.1%) that defined themselves as stalking and cyberstalking victims. It was observed that they are predominantly female (83.7%), while the aggressors are mostly men (76.9%). The behaviors of stalkers were: try to contact in an unwanted way (79.8%), going to places frequented by the victim (42.3%) and watching or ask someone to watch the victim (34.6%). The behaviors of cyberstalkers were: hyperintimacy, such as sending excessive, needy, or demanding messages (89.3%). The results corroborate the literature regarding the occurrence of stalking and cyberstalking in the Brazilian reality, which demands expansion of studies. Furthermore, it invites the development of public policy, as well as production of information to the population, aiming to reduce the number of victims of these phenomena.

Key-words: Stalking; Cyberstalking; University Students.

A minha avó Narcisa com muito amor e saudade (in memoriam)

Agradecimentos

Cheguei ao final de mais um ciclo acadêmico que apesar das dificuldades, em meio a uma pandemia que gerou muitas inseguranças e incertezas, eu não poderia deixar de agradecer algumas pessoas que foram essenciais para que esse trabalho fosse realizado e concluído.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me amparar e me sustentar em todos os momentos da minha vida.

À minha família, em especial minha mãe Sandra por todo o suporte que ela me deu até aqui, o meu pai Marcos, por me ensinar desde criança o significado de ser perseverante e a não desistir daquilo que eu desejo, o meu padrasto Tarcísio que me motiva e incentiva diariamente com a sua paixão pela profissão, meus irmãos Letícia e Lucca por todo amor de vocês e a minha tia Rosana por todo o carinho, cuidado e de ser um dos meus exemplos de pessoa e profissional.

Aos meus orientadores Professora Doutora Ana Sani e Professor Doutor Antonio Serafim por todo ensinamento, maratonas, disponibilidade e paciência para que esse trabalho fosse realizado.

À minha melhor amiga Lígia Alberto por sempre estar ao meu lado, por me ouvir, me apoiar e ser meu ombro em muitos momentos. Muito obrigada pela sua amizade.

Às minhas amigas Thais Gazotti, Laura Anderi, Raquel Kerr, Mariana Cacciacarro, Mariane Capellari e Davi por todo o suporte durante esse processo e por terem me ajudado em muitos momentos no último ano.

Aos meus amigos do mestrado Joseane, Gabriela, Nara e Elton, muito obrigada por me ouvirem, me ajudarem em muitos momentos e serem as melhores companhias de estudos e aventuras em Portugal.

À minha querida Maria Irene por todo o suporte, ouvidos atentos e por ter me amparado em diversos momentos da minha vida. Obrigada por tudo!

À minha querida Denise Mraz por ter me escutado em meus momentos de insegurança e que eu estava desanimada.

Por último, e não menos importante a todos(as) os(as) estudantes que participaram dessa pesquisa, sem vocês esse trabalho não teria sido possível de ser realizado.

Índice

Resumo.....	V
Abstract	VI
Agradecimentos	VIII
Índice de Tabelas	X
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico	4
1.1. Caracterização do <i>stalking</i>	4
1.1.1. Tipos de <i>Stalker</i>	6
1.1.2. Criminalização do <i>stalking</i>	7
1.2. Caracterização do <i>ciberstalking</i>	8
1.2.1. Tipos de ciberstalker	10
1.2.2. A vítima dos fenômenos <i>stalking</i> e <i>ciberstalking</i>	11
1.2.3. Prevenção do <i>stalking</i> e <i>ciberstalking</i>	14
2. Estudo empírico	16
2.1. Objetivos.....	16
2.2. Método.....	16
2.2.1. Participantes.....	16
2.2.2. Instrumentos.....	18
2.2.3. Procedimentos.....	20
2.3. Apresentação dos Resultados	20
2.4. Discussão dos resultados	30
Conclusão	34
Referências	37
Anexos	46

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Caracterização sociodemográfica da amostra total quanto a sexo, grupos etários, região, escolaridade, estado cível e situação amorosa.....</i>	17
Tabela 2. <i>Caracterização sociodemográfica da amostra total quanto a área científica, ano curricular e coabitação.....</i>	18
Tabela 3. <i>Prevalência da vitimação por stalking e por ciberstalking.....</i>	21
Tabela 4. <i>Caracterização sociodemográfica das vítimas de stalking.....</i>	22
Tabela 5. <i>Caracterização da experiência e a quantidade de agressores por vítima.....</i>	22
Tabela 6. <i>Caracterização dos(as) agressores(as) de stalking.....</i>	24
Tabela 7. <i>Prevalência dos comportamentos de vitimação por stalking.....</i>	25
Tabela 8. <i>Áreas de impacto da vitimação por stalking.....</i>	26
Tabela 9. <i>Reconhecimento do tipo de ajuda que a vítima de stalking busca.....</i>	27
Tabela 10. <i>Caracterização sociodemográfica das vítimas de ciberstalking.....</i>	27
Tabela 11. <i>Prevalência dos comportamentos de vitimação por ciberstalking.....</i>	29

Introdução¹

A presente pesquisa contextualiza o estudo sobre *stalking* e *ciberstalking* em relação a vitimação em universitários brasileiros. Esta temática não é recente, visto que, em meados dos anos 90, a comunidade científica internacional começou a estudar o fenômeno nomeado como *stalking*. O termo *stalking* tem sido utilizado para caracterizar uma modalidade de violência interpessoal que se trata de um conjunto de comportamentos de assédio em que o *stalker* (perseguidor) estabelece diferentes tipos de ações, como: vigilância, comunicação, monitorização da rotina e faz contato com outras pessoas para obter informações sobre a vítima (Kabiri et al., 2020; Pires et al., 2018; Spitzberg & Hoobler, 2002). Esse comportamento ocorre, frequentemente, após a ruptura do relacionamento em que uma das partes procura restabelecer a relação através de contatos insistentes, inadequados e indesejados (Grangeia & Matos, 2010).

Em meados de 2000, verificou-se que o *stalking* também estava presente na instauração de relacionamentos e contatos interpessoais no formato *on-line*. Com a globalização e o crescimento do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), aumentou ainda mais o risco de vitimação por este formato (Bocij & McFarlane, 2003; Pires et al., 2018; Spitzberg & Hoobler, 2002).

Os comportamentos de *stalking* e *ciberstalking* são caracterizados da mesma forma, no que se refere ao padrão de comportamentos indesejados e repetitivos que são tidos como intrusivos, ameaçadores ou assediadores (Dreßing et al., 2014; Pires et al., 2018; Spitzberg & Cupach, 2007). Entretanto, o *ciberstalking* tem característica mais específica, como: a localização geográfica, que normalmente é diferente da vítima (Pires et al., 2018). Além disso, apresenta a vantagem de que o ofensor pode ter acesso a informação *online* tanto da esfera pública quanto privada podendo ser facilmente acessada por um indivíduo que tem conhecimento de tecnologia ou através de agências pagas que geram informações de um indivíduo (Ahlgrim & Terrance., 2018; Reyns et al., 2012).

Dessa maneira, ambos os fenômenos são tidos como um problema de saúde pública e social (Grangeia & Matos, 2010; Pires et al., 2018) e que se tornaram motivos de preocupação e estudo por parte da comunidade científica diante do impacto que pode ocasionar nas vítimas, principalmente em universitários. A literatura tem ressaltado que

¹ Texto escrito integralmente em português do Brasil

essa população especificamente, apresenta maior vulnerabilidade de ser vítima tanto da prática do *stalking* quanto de *ciberstalking* (Cruz & Ngo, 2021; Marcum et al, 2016). Diante da complexidade desses comportamentos, compreende-se a relevância de se estudar ambos os fenômenos, dada a robusta produção de pesquisas internacionais (Banyard et al., 2017; Choi et al., 2019; Dreßing et al, 2014; Fedina et al.,2019; Grageia & Matos, 2010; Pires et al., 2018; White et al., 2020). Diferentemente da realidade brasileira, uma vez que, esta temática ainda é pouco estudada e há necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a conduta e as consequências dessa prática nas vítimas.

Ainda assim, um artigo publicado sobre *stalking* em Portugal foi realizado por Pires et al. (2019), cuja amostra foi de 1021 estudantes universitários. Os autores verificaram taxa de prevalência de *stalking* de 24.0% ($n= 259$), sendo os agressores do sexo masculino (71.3%), a relação entre a vítima e o stalker foi de indivíduos que eram: conhecidos(as), colega, amigo(a), vizinho(a) ou familiar (38.3%), os comportamentos mais frequentes foram: entrar em contato com a vítima de forma não desejada (89.8%) e aparecer em locais frequentados pela vítima (54.5%) e o momento da ocorrência foi predominantemente durante a relação amorosa (24.6%) (Pires et al., 2019).

Outra pesquisa no Estado de São Paulo, com a amostra de 205 estudantes universitários, sendo 82.5% solteiros, 50.4% vivenciaram uma experiência de *stalking*, sendo 79.8% mulheres, as vítimas de *stalking* foram de 77.5% e apontaram que o *stalker* era do sexo masculino (Boen & Lopes, 2019).

No que diz respeito ao *ciberstalking*, foi realizada uma investigação também com essa população por Sani e Valqueresma (2020) que utilizaram uma amostra de 259 estudantes universitários, dos quais 68.0% disseram ter tido experiência de pelo menos um comportamento de *ciberstalking* e 25.5% se identificaram como vítima. Os comportamentos mais frequentes foram: envio de mensagens excessivamente reveladoras (35.0%), constantemente monitorar, marcar ou enviar presentes para a sua rede de apoio (25.5%). Além desses, também foram identificados os seguintes itens: sabotar a relação (24.7%), fingir ser alguém que não é (21.2%) (Sani & Valqueresma, 2020). No que tange a prática do comportamento de *ciberstalking*, foi identificada apenas uma pesquisa na realidade brasileira (Santos et al., 2021) se tratando de uma validação de escala para a população brasileira.

Vitimação de stalking e ciberstalking em universitários brasileiros

Em termos de organização, este trabalho contará numa primeira parte com a realização do enquadramento teórico do *stalking*, *ciberstalking* e numa segunda parte com um estudo empírico com estudantes universitários brasileiros com a intenção de determinar a prevalência desses fenômenos no Brasil, reconhecer a ocorrência e a coocorrência, descrever quais são as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por *stalking*, ter o conhecimento do impacto do *stalking* no funcionamento global das vítimas, o comportamento de procura de ajuda e as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por *ciberstalking* que são reportadas pelos estudantes. Os resultados foram obtidos através da análise estatística como recurso para investigar as diferenças significativas existente. A discussão será feita para que se possa argumentar sobre os resultados obtidos. No final irão tecer-se conclusões e reflexões em torno das limitações encontradas com apresentação de propostas para futuros estudos.

1. Enquadramento teórico

1.1. Caracterização do *stalking*

Esse fenômeno começou a receber atenção a partir de 1990 nos Estados Unidos em que os famosos eram perseguidos pelos seus fãs, ou seja, inicialmente o *stalking* foi entendido como uma prática exclusivamente de pessoas famosas, por fãs que gostariam de ter uma aproximação com seu ídolo. Um dos casos que mais chamaram a atenção da mídia foi o caso da atriz americana chamada Rebecca Schaeffer que foi perseguida e assassinada por um fã em que tentou se conectar diretamente com a atriz (Gomes, 2016). Esse homicídio foi o início de várias questões sobre a problemática e originou a primeira lei anti-*stalking* que se tornou modelo para outros estados americanos. Após seis semanas, quatro mulheres foram assassinadas por seus ex-parceiros íntimos e as queixas registradas segundo as autoridades foram vítimas de perseguição, assédio e ameaças (Carvalho, 2010; Rocha, 2020)

Apesar do início o *stalking* estivesse ligado apenas com o mundo artístico, paralelamente, existiam movimentos sociais e mudanças legislativas que foram implementadas em alguns países perceberam que o problema era experimentado pela população em geral e não apenas às celebridades. Atualmente, a comunidade científica tem tido o maior interesse em estudar, compreender, auxiliar na criminalização, a prevenção e dar suporte para as vítimas desse fenômeno (Rocha, 2020).

O *stalking* é uma das diversas formas de violência interpessoal, caracterizando-se por comportamentos de assédio em que o *stalker* estabelece de diversas maneiras, como, vigilância, comunicação, monitoramento e contatos não desejados com a vítima e de uma forma ameaçadora, podendo comprometer a qualidade de vida da vítima (Matos et al., 2019; Purcell et al., 2004; Sani et al., 2018; Teixeira, 2017).

Além disso, os comportamentos dessa prática podem ser expressos atividades rotineiras e inofensivas, sendo: chamadas telefônicas indesejadas, envio de presente, ou intimidatórias, como: perseguição, envio de mensagens com conteúdo intimidadores, assim o *stalker* faz com que a vítima se sinta angustiada, alarmada ou com medo de que a violência pode acontecer contra ele (Metropolitan Police Service, 1997; Pires et al., 2018; Sheridan et al, 2003; White et al., 2020).

Com suporte a este resultado, a literatura aponta que os estudantes universitários vítimas do *stalking* são majoritariamente mulheres (Banyard et al., 2020; Björklund et

al., 2010; Boen & Lopes, 2019; Fedina et al., 2019) e constataram de que são os mais vulneráveis a essa prática (Pereira & Matos., 2016; Pires et al., 2019).

Pires e Matos (2019) realizaram uma investigação com 1021 estudantes universitários, verificando que a taxa de prevalência de *stalking* foi de 24.0% ($n= 259$) e os agressores são em sua maioria homens (71.3%), idades entre 21 e 24 anos (55.7%), solteiros e se encontram em uma relação amorosa (54.5%) (Pires et al., 2019).

Um outro estudo realizado por Matos et al. (2019) com uma amostra de 1210 participantes demonstrou que 19.5% dos participantes tinham sido vítimas em algum momento da vida, 59.7% foram vítimas apenas uma única vez e 52.9% das vítimas eram mulheres, a prevalência de *stalking* ao longo da vida foi de 19.5%. Já o tipo de relacionamento entre a vítima e o *stalker* foi um dos principais preditivos da diversidade e duração do *stalking*, sendo que quanto mais próximo o relacionamento, maior a diversidade e a duração e por fim, o impacto do *stalking* afetou mais as vítimas que experienciaram comportamentos de *stalking* mais de uma vez (Matos et al., 2019).

Resultados de uma pesquisa realizada entre as populações dos Estados Unidos da América (EUA) e Espanha demonstrou que 36% ($n= 638$) dos estudantes espanhóis foram vítimas dessa prática e os americanos, 48% ($n= 411$) e os principais sintomas observados foram, ansiedade, raiva, depressão e comportamento suicida (Cruz & Ngo, 2021).

No contexto brasileiro, Boen e Lopes (2019) realizaram uma pesquisa no Estado de São Paulo, com a amostra de 205 estudantes universitários e constataram que (50.4%) vivenciaram uma experiência de *stalking*. As mulheres eram maioria (79.8%) e os participantes que afirmaram terem sido vítimas de *stalking* apontaram que o *stalker* era do sexo masculino e que a maior parte (47.1%) era “um conhecido, colega, amigo, vizinho ou familiar”, seguido de “alguém com teve uma relação de intimidade que já terminou (28.8%) (Boen & Lopes, 2019).

1.1.1. Tipos de *Stalker*

A prática do *stalking* pode ser realizada por qualquer pessoa, mas estudos mostram que os homens são os maiores perpetradores (Mullen et al., 2009; Ostermeyer, et al., 2016).

Mullen et al. (2008) identificaram cinco tipos de *stalkers* que não respectivamente exclusivos: (1) o rejeitado; (2) os que buscam intimidade; (3) o incompetente; (4) o ressentido e (5) o predatório (Mullen et al., 2008; Ostermeyer et al., 2016).

Os *stalkers* rejeitados são geralmente ex-parceiros descontentes com maior risco de agressões e com as motivações altamente ambivalentes de reconciliação e vingança. Normalmente esse tipo de *stalker* substitui o término do relacionamento com a vítima por comportamentos de *stalking*. Os que buscam intimidade são os mais persistentes em suas práticas de *stalking*, às vezes perseguem por anos ou até décadas. Os *stalkers* ressentido e predatórios, assim como o rejeitado, apresenta um maior risco de violência. As razões para isso é de que o ressentido se sente injustiçado pela vítima. O *stalker* predatório sádico geralmente se prepara para um ataque violento e/ou sexual com a vítima (Mullen et al., 2008; Ostermeyer et al., 2016).

Além disso, os autores Spitzberg e Cupach (2007) identificaram oito estratégias que são adotadas pelos agressores para assediar as vítimas, (1) hiperintimidade; (2) contatos mediados; (3) contatos de interação; (4) vigilância; (5) invasão; (6) assédio e intimidação; (7) coerção e ameaça e; (8) agressão.

A hiperintimidade contempla um conjunto de expressão considerada excessiva ou inapropriada, como: oferecer presentes para a vítima. Os contatos mediados é uma das formas de comunicação através da tecnologia (celular, e-mail). Os contatos de interação são contatos diretos com a vítima, neste caso existe a aproximação física e em muitos casos, o *stalker* aparece em locais em que a vítima costuma a frequentar, inclusive no trabalho e aborda pessoas que sejam próximas da vítima. As estratégias de vigilância são feitas através da monitorização e tentativa de obter informações pessoais da vítima. A invasão se refere a violação da privacidade, podendo ser invasão de propriedade e/ou roubo. Já o assédio e a intimidação se configuram por ameaças verbais ou não verbais e tem como proposta perturbar a vítima. A coerção e a ameaça são comportamentos que tem como finalidade causar danos psicológicos na vítima ou pessoas que sejam

próximas a ela. E por fim, a agressão pode ser tanto física quanto sexual (Spitzberg & Cupach, 2007).

1.1.2. Criminalização do *stalking*

A criminalização do *stalking* se deu primeiramente nos Estados Unidos (EUA) em 1989, no Estado da Califórnia, sendo a primeira lei anti-stalking, estando na seção 646.9 do Código Penal Californiano. Importante destacar que é a única legislação anti-*stalking* que prevê a possibilidade do perpetrador de *stalking* a ter direito a tratamento médico por ordem judicial, podendo assim verificar se o stalker possui algum transtorno mental que pode ser conectada a prática do *stalking* (Coquim, 2015).

Em 2012, essa prática também se tornou crime no Reino Unido. Em 2015, o *British Crime Survey* registrou a prevalência de perseguição ao longo da vida de 15% e descobriu que 43% das vítimas do sexo feminino e 28,7% das vítimas do sexo masculino eram perseguidas pelos seus ex-parceiros (Office for National Statistics, 2016; White, et al., 2020).

Além dos Estados Unidos e Reino Unido, outros países consideram essa prática como crime, como: Austrália, França, Alemanha, Índia, Holanda. Além desses países, Portugal em 2015, essa prática também foi criminalizada como consequência do acordo da Convenção de Istambul. Sendo assim, foi introduzido no Código Penal Português o novo tipo de crime intitulado “Perseguição” (artigo 154-A), abrangendo também a prática de *cyberstalking* (Diário da República Eletrônico, 2015; Pires et al., 2018).

Já no Brasil, muito antes da criminalização os casos que aconteciam não eram contemplados dentro de uma lei específica, como foi o caso que ocorreu em 2013 de um jovem de 18 anos que se apaixonou por uma garota de 13 anos. Eles eram vizinhos no litoral de São Paulo, após a garota deixar claro que não queria nenhum tipo de relacionamento, ele começou a ser investigado por um juizado de violência doméstica, através da Lei Maria da Penha, mas é importante relatar que apesar da queixa e pedido de indenização, o *stalker* não se afastou da vítima (Glette, 2020).

A Lei nº 11.340 criada em 2006- Lei Maria da Penha (Freitas, 2006) que teve com o objetivo criar mecanismos para conter a violência doméstica e familiar contra a mulher, pautada nos termos do § 8º art. 226 da Constituição Federal da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, tem como principal fundamento, punir e

erradicar a violência contra a mulher. Desse modo, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal. Atualmente, essa Lei sofreu algumas alterações e os agressores passaram a comparecer a programas de recuperação, reeducação e têm acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou grupo de apoio (Rosado, 2019).

Um outro caso ocorrido no Brasil foi da modelo, atriz e apresentadora Ana Hickmann que foi perseguida primeiramente de forma virtual (*cyberstalking*) após o fã Rodrigo Augusto de Pádua, ter se sentido rejeitado por ela. Após essa perseguição *online*, ele passou para a perseguição *off-line* (*stalking*) e tentou matá-la em 2016 em que entrou armado no quarto em que ela estava hospedada (Andrade, 2016).

Atualmente, essa prática se tornou crime pela Lei 14.132 de 2021. Esta lei prevê pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa para este tipo de conduta. De acordo com a autora da Lei, senadora Leila Barros, o aperfeiçoamento do Código Penal era necessário para dar mais segurança às vítimas de um crime que muitas vezes começa no virtual e muda para a perseguição física (Diário Oficial da União, 2021).

1.2. Caracterização do *cyberstalking*

Com a evolução da tecnologia, os indivíduos tiveram a oportunidade de se conectarem e, como consequência, maior intromissão por conta do anonimato, maior facilidade para se utilizar, a rapidez que é permitida pela *Internet* e a concepção de que não há aplicação da lei (Bocij & McFarlane, 2003; Pires et al., 2018). Com essa possibilidade do anonimato e a menor aplicação da legislação, surgiu o fenômeno equivalente ao *stalking*, o *cyberstalking* (Sani et al, 2018; Spitzberg & Hoobler, 2002).

O *cyberstalking* é definido como um comportamento persistente e que envolve múltiplas ameaças em atividades da Internet, como: *e-mail* com conteúdo indesejado com material obsceno ou ameaças de violência, outros meios de comunicação eletrônica, e comportamentos que atormentam a vítima (Ahlgrim & Terrance, 2018). Com a tecnologia, os *cyberstalkers* bombardeiam as vítimas com mensagens e informações assim como disseminação de informações prejudiciais da vítima (Ahlgrim & Terrance, 2018; Strawhun et al., 2013).

Roberts (2008) analisou que o *cyberstalking* pode ocorrer tanto na esfera pública, que são constituídos por sites da internet em que os comentários podem ser postados em fórum público quanto na privada, que inclui ações que ocorrem entre a vítima e o perpetrador em um ambiente privado, como *e-mail*, vírus do computador (Roberts, 2008). Essa prática também pode incluir outros meios de comunicação como o celular, câmeras digitais e Sistemas de Posicionamento Global - GPS (Reyns et al., 2012; White & Carmody, 2016).

Pesquisadores observaram em suas pesquisas que metade da amostra relataram que a tecnologia foi utilizada pelo parceiro íntimo para monitorar as ações, seja como vítima ou iniciante desse comportamento (Burke et al., 2011; Santos et al., 2021). Algumas hipóteses sobre esse alto índice foram levantadas. A primeira hipótese é de que esses comportamentos são considerados inapropriados ou intrusivo no mundo real e passaram a ser normalizados no contexto *on-line*. Outra possibilidade é de que as ações perpetradas na internet não são vistas com a mesma severidade de quando ocorre no *off-line* (Santos et al., 2021; Spitzberg & Cupach, 2007).

Outros estudos internacionais realizados mostram que os homens são os perpetradores (Ahlgrim & Terrance, 2018; Cavezza & McEwan, 2014). Vítimas do sexo masculino podem ser vistas como violadoras dos estereótipos de papéis de gênero em que são impostos e que os classificam como dominadores e agressivos (Ahlgrim & Terrance, 2018). As alegações de vitimação por *cyberstalking* apresentadas por homens podem ser vistas como menos ameaçadoras e menos graves do que as queixas apresentadas por vítimas do sexo feminino (Ahlgrim & Terrance, 2018).

Um estudo realizado a partir de dados de uma amostra de redes sociais alemãs mostrou que ex-parceiros (29.3%) ou conhecidos e amigos (28,5%) costumam ser os perpetradores, mas, uma grande parte do assédio cibernético envolve *cyberstalkers* desconhecidos da vítima (30.1%) (Dreßing et al., 2014; Kabiri et al., 2020).

Maran e Begotti (2019) fizeram uma pesquisa com a amostra de 250 universitários que teve como objetivo estudar o impacto do cyberstalking na vítima e se as vítimas contam para alguém sobre a experiência que tiveram e quais as estratégias que as vítimas adotaram para enfrentar. O resultado foi de que metade dos participantes experimentaram pelo menos um incidente dessa prática. Entre eles, mais da metade experimentou mais de um tipo de perseguição (Maran & Begotti, 2019). Outros estudos

mostram que a maioria dos crimes cibernéticos são praticados por homens (80%), e a idade média era de 24 anos, enquanto, as vítimas eram do sexo feminino em 52% casos e a idade média era de 32 anos (D'Ovidio & Doyle, 2003; Maran & Begotti, 2019).

No estudo de Pires et al. (2018) com uma amostra de 1081 estudantes universitários, 15.7% se autodefiniram como vítimas, sendo 77.2% das vítimas são mulheres, 71.3% dos agressores são do sexo masculino, 25.7% estavam no segundo ano curricular, 67.9% vivem com a família, 15.4% da amostra foi vítima de *ciberstalking*, 55.7% das vítimas têm idades compreendidas entre 21 e 24 anos e a maioria dos estudantes eram solteiros (95.8%). Além disso, 54.5% mantinham relacionamento amoroso e os comportamentos encontrados foram de hiperintimidade, principalmente o envio de mensagens excessivamente carentes ou exigentes 91%, o envio de mensagens exageradas de afeto 86.2% (Pires et al., 2018).

No contexto brasileiro existe uma carência de estudos nesta temática também. Uma pesquisa neste contexto foi realizada para validar um questionário com a amostra de 200 sujeitos sendo (76.5%) mulheres, com idade média de 21.6 anos e solteiras (53%), mas foi considerado apenas os sujeitos que estavam em um relacionamento (41%). Este estudo demonstrou que o engajamento da mídia social também pode ser associado ao relacionamento entre FOMO/gênero e o *ciberstalking*, a importância de compreender os hábitos *online* quando se pesquisa sobre o comportamento *online* antissocial dos perpetradores. Essa pesquisa apresentou algumas limitações por ser considerado um fenômeno novo pela sociedade brasileira (Santos et al., 2021).

1.2.1. Tipos de ciberstalker

O *ciberstalking* por ser perpetrado através do mundo virtual possibilita que o *ciberstalker* tenha algumas vantagens, uma vez que não existem barreiras geográficas, como ocorre no *stalking*. Além disso, o *ciberstalker* tem como vantagem as informações tanto públicas quanto privadas que ficam armazenadas de forma *online* e que podem ser facilmente acessadas sem que a pessoa tenha conhecimento ou em agências que têm informações online pagas que reúnem informações de um indivíduo (Ahlgrim & Terrance, 2018; Reyns et al., 2012). Como poder manter o anonimato dificultando assim, a identificação do autor dessa prática (Bocij, 2003; Valqueresma, 2016). Com isso, pode-se dizer que os perpetradores desse fenômeno têm uma expertise em

informática quando comparados com os *stalkers* e assim, existem peculiaridades do *ciberstalking* que diferenciam do *stalking* convencional (Pereira & Matos, 2016; Valquaresma, 2016).

Bocij e McFarlane (2003) definiram quatro (4) tipos de *ciberstalkers*, sendo (1) vingativo: se comunica de forma ameaçadora e agressiva e pode conduzir para o mundo real; (2) calmo: atua exclusivamente no mundo cibernético e tem como objetivo incomodar e irritar a vítima; (3) íntimo: quer estabelecer uma relação íntima com a vítima e pode ser dividido em dois subgrupos, o primeiro que é o antigo parceiro que procura restabelecer relação com a vítima e o segundo, que tem como finalidade iniciar relação íntima; (4) coletivo: é formado por um grupo ou organização e tem como objetivo perseguir e assediar a vítima (Bocij & McFarlane, 2003; Pires et al., 2018).

Outros pesquisadores, Sheridan e Grant (2007) nomearam os *ciberstalkers* como, (1) puro: tem atuação exclusivamente nas TIC; (2) atua nas TIC e transfere gradativamente o assédio para o mundo real; (3) pratica os comportamentos de assédio tanto nas TIC quanto no mundo real; (4) *stalker* puro que atua exclusivamente no mundo real, porém pode recorrer a tecnologia ao longo da perseguição (Pires et al., 2018; Sheridan & Grant, 2007).

Sendo assim, pode-se dizer que os perpetradores são vistos como indivíduos obsessivos por suas vítimas e as pesquisas continuam mostrando que as mulheres continuam sendo as principais vítimas e os homens os principais praticantes e geralmente são solteiros ou divorciados (Valquaresma, 2015).

1.2.2. A vítima dos fenômenos stalking e ciberstalking

Assim como os *stalkers*, as vítimas de *stalking* podem ser classificadas em: (1) ex-parceiros; (2) relacionamentos casuais e amigos; (3) contatos profissionais; (4) contato de trabalho; (5) desconhecidos; (6) famosos. Independentemente das características da vítima, elas são um grupo diversificado e estão sujeitas ao persistente comportamento de perseguição do *stalker* e independe da idade, sexo, histórico socioeconômico, as vítimas experimentam o medo (Pathé et al, 2001). Além do medo, algumas vítimas podem sofrer angústia profunda e interrupções no estilo de vida, e muitos experimentam um declínio nas saúdes mental e física. *Stalking* não é incomum

na sociedade de hoje e há evidências que sugerem que a incidência dessa prática está aumentando (Pathé et al, 2001).

Os estudos de uma maneira geral evidenciam que as mulheres eram mais vítimas de *stalking* em relação aos homens. Os homens também são vítimas, mas se sentem desconfortáveis em relatar o crime e assumir que são vítimas. A diferença de gênero em *stalking* pode estar relacionado a socialização de gênero em que os homens são ensinados socialmente a serem mais fortes, não aceitar respostas com conotação negativa e assim, perseguir a parceria romântica, mesmo após várias negativas como resposta, antes que as mulheres reconheçam ou aceitem as ofertas (Fox et al., 2016; Nobles et al., 2014).

Em revisão de meta-análise com 175 estudos sobre *stalking*, mostrou que além das mulheres sofrerem mais assédio sexual ou estupros que os homens, o estado civil também é um indicador significativo. Estudantes solteiros, nunca casados têm a probabilidade significativamente maior de ser vítima da prática do *stalking* (Boyle & McKinzie, 2018; Spitzberg & Cupach, 2007).

Além da prática do *stalking*, o *cyberstalking* também pode ocorrer nos relacionamentos amorosos. De acordo com Rueda et al. (2015), o uso de tecnologia em relacionamentos românticos fez aumentar consideravelmente o conflito relacional, como, ciúme e maior monitoramento da parceria (Rueda et al., 2015). O aumento de conflito pode ser devido aos avanços da tecnologia que redefiniram as fronteiras dos relacionamentos românticos e assim, tem mais possibilidades e oportunidades para ocorrerem os abusos (Boyle & McKinzie, 2018).

Com o avanço da tecnologia surgiu nova oportunidade para que os perpetradores de abuso em relacionamentos fossem capazes de humilhar, perseguir sua parceria, podendo causar danos psicológico. O uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em relacionamentos amorosos pode causar comportamentos agressivos, controladores e intimidantes. Além disso, esse abuso pode levar a depressão, transtornos de ansiedade e isolamento das vítimas (Benson et al., 2019; Deans & Bhogal, 2017; Draucker & Martsolf, 2010).

Neste sentido, foi realizada uma pesquisa na Inglaterra com uma amostra de 189, sendo 152 mulheres que teve como objetivo compreender se a agressão (verbal, física, raiva e hostilidade), ciúme romântico (emocional, cognitivo e comportamental), e a

perpetração por gênero de abuso por namoro nas redes sociais. Teve como resultado que a hostilidade, ciúme comportamental e o gênero tiveram de maneira significativa a perpetração de abuso no *ciber* namoro (Deans & Bhogal, 2017). Muitas vezes, o ciúme é visto como uma forma de amar, mas na verdade, ciúme é considerado mórbido quando passa a ser possessivo e extremo (Branson & March, 2021).

Além desses estudos, pesquisas empíricas mostraram que mulheres jovens são mais vulneráveis e assim, são predominantemente mais vítimas da prática de *ciberstalking* (Dreßing et al., 2014; Kabiri et al., 2020). Nesta linha de pesquisa, pode-se entender que essa prática é prevalente em estudantes, principalmente, sexo feminino (Kabiri et al., 2020; Reyns et al., 2012; Spitzberg & Cupach, 2007). Uma pesquisa recente realizada pela *Pew Research Center* estudou o motivo de jovens adultos serem mais suscetíveis a prática do *ciberstalking* e concluiu que a faixa etária predominante é entre 18 e 29 anos mais frequente por conta do uso de plataformas *online* ou aplicativos de mensagens como o *Snapchat* e *Instagram* (Kabiri et al., 2020).

Além disso, um estudo realizado em Portugal por Pires et al. (2018), tiveram como resultados, a experiência de vitimação múltipla, ou seja, tanto de *stalking* quanto de *ciberstalking*, a maioria dos *stalkers* eram do sexo masculino (71.3%), a frequência dos comportamentos eram majoritariamente realizados diariamente (55.7%) e de que os agressores eram alguém conhecido(a), amigo(a) ou familiar (38.3%) da vítima (Pires et al., 2018).

Dito isso, é importante salientar que no contexto brasileiro ainda tem muito o que se estudar referente aos fenômenos de *stalking* e *ciberstalking*, pelo fato de que além de terem poucos estudos, a amostra de universitários é pequena (Boen & Lopes, 2019; Santos et al., 2021) e pode ser por alguns motivos: cultura familiar em que muitos que estão em um relacionamento não compreendem que além de estarem em um relacionamento abusivo, também estão sendo perseguidos pela parceria; medo de denunciar ou participar de pesquisas e se mostrar vulnerável, além desses motivos, pesquisas futuras também ser possível que a amostra entre os sexos masculino e feminino serem mais equilibradas.

1.2.3. Prevenção do *stalking* e *ciberstalking*

Com esses comportamentos cada vez mais recorrentes é importante trabalhar com a prevenção da violência nos três níveis: primário, secundário e terciário. O nível primário tem como objetivo trabalhar com a população de forma geral, através de intervenções que educam, promovem a competência social, incentivam mudanças e ampliam as redes sociais; o secundário é dirigido a grupos específicos que são considerados de alto risco e o terciário, que ocorre após uma situação de abuso e as ações são para amenizar as sequelas e evitar recidivas (Harrington & Dubowitz, 1993).

Além disso, estudos (Ellsberg et al., 2015) apontam ser relevante ter as seguintes intervenções: 1-) com os perpetradores; 2-) escolas, 3-) compromisso político de alto nível e reforma política; 4-) Setores de saúde; 5-) fortalecer meninas e mulheres; 6-) programas de prevenção de violência.

A intervenção com os perpetradores em sua maioria homens, que agredem as parceiras envolve alguns tipos de educação em grupo com duração entre 8 semanas e 24 semanas, como apontam alguns estudos. A abordagem mais comum é o Modelo Duluth que se trata de uma abordagem feminista que envolve os homens em discussões em torno de poder e controle, bem como a terapia cognitivo-comportamental (TCC) e controle de raiva, ambos são para focar no uso da violência, principalmente, ao invés de crenças subjacentes (Ellsberg et al., 2015; Smedslund, 2007).

Nas escolas, a maioria dos programas de prevenção para parceiro íntimo e não parceiro são para os agressores sexuais. As evidências desses programas não foram encorajadoras, mas houveram algumas exceções, como o programa de Relações Saudáveis no Canadá que foi testado em dois lugares: ensino médio com estudantes tanto do sexo feminino como masculino e outro em uma comunidade com homens e jovens do sexo feminino em situação de risco. Ambos os estudos mostraram reduções significativas na perpetração e na vitimação da violência no namoro tanto em meninos quanto meninas no grupo de intervenção comparados com o grupo controle (Ellsberg et al., 2015; Wolfe et al., 2003; Wolfe et al., 2009).

Os programas de prevenção de violência têm como intervenção mais de uma abordagem e muitas têm como fatores de risco para a violência como: pobreza, dependência econômica das mulheres em relação ao homem, baixa escolaridade. No início desses programas tinham apenas como foco mulheres e meninas, mas atualmente,

eles também têm direcionado aos meninos e homens. O objetivo dessa mudança nos programas é para que possam alcançar a comunidade como um todo (Ellsberg et al., 2015; Heise, 2011). No Brasil, os programas de prevenção ainda são escassos (Murta et al., 2013; Murta et al., 2014).

Esse estudo teve como proposta compreender um pouco mais sobre esses fenômenos no contexto universitário. O objetivo principal foi avaliar a existência e os padrões de vitimação entre a população de estudantes universitários no Brasil.

2. Estudo empírico

2.1. Objetivos

Tendo como propósito principal estudar a prevalência de *stalking* e *cyberstalking* em universitários estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- i) reconhecer a taxa de ocorrência de *stalking* e *cyberstalking* em contexto universitário e a respectiva coocorrência;
- ii) descrever as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por *stalking* reportadas pelos estudantes universitários;
- iii) conhecer o impacto do stalking no funcionamento global das vítimas e o comportamento de procura de ajuda;
- iv) descrever as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por *cyberstalking* reportadas pelos estudantes universitários;

Para poder responder aos objetivos anteriormente estabelecidos se faz importante a descrição e a tipificação da amostra, instrumentos e os procedimentos que foram utilizados.

2.2. Método

2.2.1. Participantes

A amostra deste estudo foi obtida por um processo de amostragem não probabilístico por conveniência entre uma população de estudantes universitários brasileiros. Para a composição da amostra foram definidos critérios de inclusão, sendo elegíveis para participar da pesquisa ser estudantes universitários brasileiros residentes numa das cinco (5) regiões do País (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste), de ambos os sexos, independentemente da identificação de gênero, com idade igual ou superior a 17 anos, matriculados em universidades brasileiras, tanto pública quanto privada.

A amostra total foi de 236 estudantes, dos quais 79.2% ($n= 187$) era do sexo feminino e 20.8% ($n= 49$) do sexo masculino. A faixa etária tem variável entre 17 e 47 anos ($M= 22.68$, $DP= 3.84$) (cf. Tabela 1).

Vitimação de stalking e ciberstalking em universitários brasileiros

Relativamente aos Estados em que os (as) participantes residiam, verificou-se que a maioria (90.3% $n= 206$) dos estudantes moravam na região Sudeste. Tratando-se escolaridade, 98.3% ($n= 232$) da amostra se encontra na graduação.

Enquanto mais da metade da amostra (51.7%, $n= 122$) mantêm atualmente uma relação amorosa, cerca de 36.9% ($n= 87$) mantinha relações ocasionais. Em relação ao estado civil, 90.3% ($n= 213$) dos estudantes se declararam solteiros (as).

Tabela 1.

Caracterização sociodemográfica da amostra total ($n=236$) quanto a sexo, grupos etários, região, escolaridade, estado civil e situação amorosa

Variável	Categorias	<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	187	79.2
	Masculino	49	20.8
Grupos etários	Entre 17 e 20 anos	57	24.2
	Entre 21 e 24 anos	122	51.7
	Entre 25 e 30 anos	50	21.2
	Entre 31 e 44 anos	6	2.5
	Entre 45 e 47 anos	1	0.4
Região	Sudeste	206	87.3
	Sul	23	9.7
	Nordeste	7	3.0
Escolaridade	Graduação	232	98.3
	Pós-Graduação	4	1.7
Estado Civil	Solteiro (a)	213	90.3
	Casado (a)	22	9.3
	Divorciado (a)	1	0.4
Situação amorosa	Mantém atualmente uma relação	122	51.7
	Não mantém atualmente uma relação	27	11.4
	Mantém relações ocasionais	87	36.9

Na

Tabela 2 estão expressos os dados referentes as áreas científicas, podendo ser observado que metade dos estudantes (50.8%, $n= 120$) se encontra na área de biológicas, 40.7% ($n= 96$) na área de humanas e 8.1% ($n=19$) em exatas. Considerando com quem reside, 76.3% ($n= 180$) dos estudantes mora com a família, 10.2% ($n= 24$) mora com o cônjuge, 7.6% ($n=18$) mora sozinho e 5.9% ($n=14$) mora com amigos ou colegas. Já em relação ao ano curricular observou-se que 15.3% ($n= 36$) da amostra está no primeiro ano, 16.5% ($n= 39$), no segundo e terceiro ano, 28.0% ($n= 66$) no quarto

ano, 16.1% ($n= 38$) no quinto ano, 0.4% ($n= 1$) no sexto ano, 6.8% ($n= 16$) estão formados e 0.4% ($n=1$) não respondeu.

Tabela 2.

Caracterização sociodemográfica da amostra total ($n=236$) quanto a área científica, ano curricular e coabitação

Variável	Categorias	<i>n</i>	%
Área Científica	Biológicas	120	50.8
	Humanas	96	40.7
	Exatas	19	8.1
	Não respondeu	1	.4
Ano Curricular	1º Ano	36	15.3
	2º Ano	39	16.5
	3º Ano	39	16.5
	4º Ano	66	28.0
	5º Ano	38	16.1
	6º Ano	1	.4
	Formado	16	6.8
	Não respondeu	1	.4
Coabitação	Amigos ou Colegas	14	5.9
	Esposa, Marido	24	10.2
	Família	180	76.3
	Sozinho	18	7.6

2.2.2. Instrumentos

Foi utilizada uma versão adaptada para a população brasileira do Inventário de Vitimação por *Stalking* (IVS) elaborado por Matos e colaboradores em 2009 (Matos et al., 2011), a Escala de Avaliação de *Cyberstalking* (EAC) da autoria de (US Atomey General, 1999), traduzido e adaptado por Carvalho e Matos em 2009 (Carvalho, 2011) e um questionário sociodemográfico.

A versão adaptada do IVS é constituída por 23 itens, subdividida em quatro seções relativas, nomeadamente à prevalência da vitimação ao longo da vida (por exemplo, “Ao longo da sua vida alguma vez foi alvo deste tipo de interesse?”), aos perfis (por exemplo, “Foi alvo deste tipo de interesse por mais do que uma pessoa?; qual o sexo dessa pessoa”), dinâmicas e cenários (por exemplo, “Assinale de que forma a pessoa demonstrou interesse por si”), ao impacto na vítima (por exemplo, “Em que medida é que o assédio persistente interferiu ao nível...”) e às respostas à respetiva vitimação (por exemplo, “Durante o assédio persistente procurou algum tipo de ajuda?”). Este instrumento tem uma dupla funcionalidade que são, possibilitar a autoperceção de vitimação ao longo da vida como também permite analisar a vitimação

em vários domínios (por exemplo, perfil da vítima e do(a) *stalker*, dinâmicas, impacto e procura de apoio) (Matos et al., 2011). Neste inventário as questões apresentam um formato de resposta fechada, com várias opções, não necessariamente dicotômicas.

Neste estudo, a primeira parte da pesquisa foi respondida por todos os participantes enquanto que as perguntas específicas a vitimação de *stalking* foram respondidas apenas ao que se definiram como vítimas.

A versão adaptada da EAC teve como finalidade avaliar os comportamentos de vitimação por *ciberstalking*. Este instrumento na versão original é composto por 24 itens e, na versão validada para português (PT), 27 itens que avaliam a ocorrência de experiências de *ciberstalking*. A EAC subdivide-se em quatro fatores: “transferência para a vida real” (itens 6, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26), “hiperintimidade” (itens 1, 2, 3, 4 e 5), “ameaça” (itens 7, 8, 9, 12, 15, 16 e 17) e “sabotagem” (itens 13 e 14) (Carvalho, 2011). Neste estudo usamos a versão com 27 itens, com as referidas adaptações para o português do Brasil.

A versão portuguesa da EAC apresenta em termos psicométricos uma excelente consistência interna com um alfa de Cronbach geral de 0.916. As suas subescalas apresentaram os seguintes valores: transferência para a vida real 0.933, hiperintimidade 0.887, ameaça 0.857 e sabotagem 0.782 (Carvalho, 2011). No presente estudo com população brasileira, os valores de confiabilidade foram muito semelhantes, tendo sido obtido um alfa de Cronbach geral de 0,914.

A EAC é uma escala tipo *likert* de cinco pontos, em que o participante da pesquisa poderá assinalar a frequência da experiência em 5 categorias (nunca, uma vez, duas a três vezes, quatro e cinco vezes e mais de cinco vezes), podendo obter-se uma pontuação global através da somatória de todos os itens (Carvalho, 2011). Todos os participantes responderam à pergunta: “Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recursos a meios eletrônicos?”, sendo que depois, apenas os que se autodefiniram como podendo ter sido vítimas de *ciberstalking* puderam responder aos itens da EAC.

2.2.3. Procedimentos

O presente protocolo de investigação foi submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) por meio da Plataforma Brasil e autorizado cujo registro é N° 3.895.574. Neste sentido procedeu-se à construção do inquérito com a inserção dos questionários numa plataforma online através do Google Docs. A divulgação do estudo foi feita através das redes sociais e também por e-mail.

Quanto à administração, antes do preenchimento do questionário foram prestadas aos potenciais participantes informações sobre o objetivo do estudo, os critérios para poder responder aos instrumentos, a importância da sua participação, garantindo o anonimato e confidencialidade dos dados obtidos.

Prévio ao preenchimento de quaisquer questionários, os participantes deram o seu assentimento livre e esclarecido, que foi inserido na página de abertura do questionário com o botão “concordo com termos”. O tempo médio de preenchimento dos questionários foi de 10 minutos.

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences- version 27* (IBM SPSS versão 27.0), com a finalidade de responder estatisticamente às questões do estudo inicialmente propostas.

2.3. Apresentação dos Resultados

Em seguida serão apresentados os resultados realizados através da análise estatística, de modo a responder aos objetivos previamente apresentados.

i) reconhecer a taxa de ocorrências de stalking e cyberstalking em contexto universitário e a respectiva coocorrência;

O estudo decorreu então com uma amostra de 236 participantes, aos quais foram colocadas duas questões centrais para este estudo, uma que possibilitou a identificação das vítimas de *stalking* e uma outra a vitimação por *cyberstalking*.

Para avaliar a prevalência de vitimação em *stalking* que consiste na experiência de um sujeito ser alvo desse comportamento foi feita a seguinte pergunta, “Ao longo da sua vida alguma vez foi alvo deste tipo de interesse?” Para apreciar a prevalência de

vitimação por *ciberstalking* foi colocada a questão “Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrônicos?”.

Por fim para obtermos a percentagem de coocorrência da vitimação por *stalking* e *ciberstalking* fomos calcular quantos participantes responderam afirmativamente em ambas perguntas. De acordo com os resultados obtidos, é possível verificar que a partir da amostra ($n=236$), 44.1% ($n=104$) foram vítimas de *stalking* e, simultaneamente, do fenómeno *ciberstalking*. De acordo com os valores da Tabela 3, a coocorrência de ambos os fenómenos no contexto universitário é 80.8%, o que revela ser muito elevada, sendo estatisticamente significativa a associação entre *stalking* e *ciberstalking* ($X^2= 101.614$; $p< 0.01$).

Tabela 3.

Prevalência da vitimação por stalking e por ciberstalking (n=236)

Prevalência da vitimação		Ciberstalking		Total
		Sim	Não	
<i>Stalking</i>	Não	20	112	132
	%	19.2	84.8	55,9
	Sim	84	20	104
	%	80.8	15.2	44,1
Total	<i>n</i>	104	132	236

ii) descrever as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por stalking reportadas pelos estudantes universitários;

Em relação aos resultados quanto às características das vítimas de *stalking*, verificou-se que a amostra é majoritariamente feminina, sendo 83.7% ($n=87$) enquanto a amostra masculina foi de 16.3% ($n=17$). Quanto à prevalência nos grupos etários, observou-se que a maioria das vítimas tem idades entre 21 e 24 anos (49%, $n=51$), que a maioria da amostra é solteira (88.5%) e se encontra em um relacionamento amoroso atualmente (51.9%) (cf. Tabela 4).

Tabela 4.

Caraterização sociodemográfica das vítimas de stalking (n=104)

Variável	Categorias	n	%
Sexo	Feminino	87	83.7
	Masculino	17	16.3
Grupos etários	Entre 18 e 20 anos	27	26.0
	Entre 21 e 24 anos	51	49.0
	Entre 25 e 30 anos	24	23.1
	Entre 31 e 44 anos	2	1.9
Estado civil	Solteiro(a)	92	88.5
	Casado(a)	11	10.6
	Divorciado(a)	1	1.0
Situação amorosa	Mantêm atualmente uma relação	54	51.9
	Não mantêm atualmente uma relação	18	17.3
	Mantêm relações ocasionais	32	30.8

Em relação a caracterização da experiência e a quantidade de agressores por vítima, a maioria relatou ter tido uma experiência única (61.5%) de vitimação, enquanto 38.5% relatou ter tido experiência múltipla. Quanto ao número de agressores, maioria não respondeu (64.4%) (cf. Tabela 5).

Tabela 5.

Caracterização da experiência e a quantidade de agressores por vítima (n=104)

Variável	Categorias	n	%
Vitimação	Experiência única	64	61.5
	Experiência múltipla	40	38.5
Quantidade de agressores	Menos de três pessoas	12	11.5
	Três pessoas	14	13.5
	Mais de três pessoas	11	10.6
	Não respondeu	67	64.4

Os participantes que referiram ter sido vítimas de stalking indicaram que o agressor era alguém do sexo masculino sendo de 76.9% (n=80). Quanto a frequência e a duração dos comportamentos, estes eram realizados diariamente (38.5%, n=40) e semanalmente (37.5%, n=39) e a duração predominante é de um a seis meses (31.7%, n=33). Com relação ao tipo de agressão praticada, quatro vítimas de *stalking*, relataram terem sido agredidas, sendo a agressão física mais predominante (cf. Tabela 6).

A relação da vítima com o *stalker* é predominantemente representada por alguém com quem tem ou teve uma relação amorosa (39.4%, n=41), em seguida, por

conhecido(a), colega ou amigo(a), vizinho ou familiar (36.5%, $n=38$). Foi apontado pelos participantes que 26.6% ($n=27$) das práticas do *stalking* ocorreram antes de iniciar a relação amorosa, porém 54.8% da amostra não respondeu à questão.

À data da realização deste estudo, 84.6% dos participantes ($n=88$) referiu já não ser vítima *stalking*, sendo que para 71.2% das vítimas esta ocorrência deu-se durante o último ano (cf. Tabela 6).

Tabela 6.

Caracterização dos (as) agressores(as) de stalking (n= 104)

Variável	Categorias	n	%
Sexo	Masculino	80	76.9
	Feminino	20	19.2
	Não sei	4	3.8
Frequência dos Comportamentos Perpetrados	Diariamente	40	38.5
	Semanalmente	39	37.5
	Mensalmente	14	13.5
	Menos de uma vez por mês	11	10.6
Duração dos Comportamentos Perpetrados	De um a seis meses (inclusive)	33	31.7
	De seis a 12 meses (inclusive)	15	14.4
	De duas semanas a um mês (inclusive)	21	20.2
	De um a dois anos (inclusive)	15	14.4
	Menos de duas semanas	7	6.7
Tipo de Agressão Perpetrada	Mais de dois anos	13	12.5
	Agressão física	4	40.0
	Agressão física, emocional e/ou psicológica	1	10.0
	Agressão sexual	1	10.0
	Agressão verbal, ameaças e furtos	1	10.0
	Agressão física, verbal, emocional e/ou psicológica	1	10.0
Relação entre a vítima e o <i>stalker</i>	Agressão física e verbal	2	20.0
	Um(a) conhecido(a), colega, amigo(a), vizinho(a) ou familiar	38	36.5
	Alguém com quem tem ou teve uma relação amorosa	41	39.4
	Um(a) desconhecido(a)	13	12.5
Momento(s) da(s) ocorrência(s)	Alguém que conheceu através da Internet	11	10.6
	Durante a relação amorosa	8	7.7
	Antes de iniciar a relação amorosa	27	26.6
	Depois de terminada a relação amorosa	8	7.7
	Não tinha uma relação amorosa com essa pessoa	4	3.8
Continuidade do <i>stalking</i>	Não respondeu	57	54.8
	Sim	16	15.4
Quando ocorreu o <i>stalking</i> :	Não	88	84.6
	Durante o último ano	74	71.2
	Há mais de um ano	17	16.3
	Não respondeu	13	12.5

Ao se analisar a ocorrência de *stalking* no contexto universitário foi possível estabelecer um padrão de maior ocorrência como: tentar entrar em contato de forma não desejada (79.8%, $n=83$), aparecer em locais frequentados pela vítima (42.3%, $n=44$), vigiar ou pedir a alguém para vigiar (34.6%, $n=36$) e ameaçar fazer mal a si próprio (33.7%, $n=35$) (cf. Tabela 7).

Tabela 7.

Prevalência dos Comportamentos de Vitimação por Stalking (n=104)

Inventário de Vitimação por Stalking (IVS)	n	%
Tentar entrar em contato de forma não desejada	83	79.8
Aparecer em locais frequentados pela vítima	44	42.3
Ser perseguido	31	29.8
Vigiar ou pedir a alguém para vigiar	36	34.6
Ameaçar fazer mal a si próprio	35	33.7
Ameaçar a vítima e/ou ameaçar pessoas próximas	28	26.9
Filmar ou tirar fotografias de forma não autorizada	22	21.2
Agredir ou prejudicar pessoas próximas	6	5.8
Vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais	9	8.7
Invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa	6	5.8
Inventar e disseminar boatos, inclusive na internet	1	1.0
Pedir informações para pessoas próximas	1	1.0
Espalhar boatos sobre o relacionamento	1	1.0
Invadir as redes sociais	6	5.8
Importunar através de chat e comentários em mídias sociais	2	1.9
Exposição pública	1	1.0
Forçar relação sexual e beijos em locais públicos	1	1.0
Criar perfil fake	1	1.0
Rondava conhecidos, inventava pretextos para conseguir o contato	1	1.0
Pedir fotos a um colega de trabalho	1	1.0
Fingir ser amigo(a) da mãe	1	1.0
Perseguição virtual	2	1.9
Palavras de baixo calão	1	1.0

iii) conhecer o impacto do stalking no funcionamento global das vítimas e o comportamento de procura de ajuda;

Em relação ao impacto do *stalking* no funcionamento global das vítimas, tiveram como maiores resultados de que houve maiores interferências nas áreas: saúde psicológica, sendo 94.3%, relações de intimidade, 82.6% relações com os outros em geral, 75.9% e saúde física, 64.5% (cf. Tabela 8).

Tabela 8.

Áreas de impacto da vitimação por stalking (n=104)

Interferência do assédio por área	Não afetou	Quase nada	Um pouco	Muito	Muitíssimo	Omisso
Profissional/acadêmico	1.0	-	-	-	-	99.0
Saúde física	35.6	13.5	34.6	10.6	5.8	-
Saúde psicológica	5.8	13.5	33.7	20.2	26.9	-
Relação com os outros em geral	24.0	12.5	26.9	20.2	16.3	-
Relações de intimidade	17.3	16.3	24.0	19.2	23.1	-
Econômico/financeiro	74.0	16.3	3.8	1.9	3.8	-
Estilo de vida/comportamento	28.8	12.5	15.4	24.0	19.2	-

Legenda: - significa que não houve relato nesta categoria

Em relação a pergunta “Como se sentiu? “, o resultado foi de que em 48.1% (n=50) das vítimas que tiveram esta experiência ficaram “um pouco assustado(a)” e para 47.1% (n= 49) está fora uma situação muito assustadora. Apenas 4.8% (n= 5) não se sentiu assustado ao ser vítima de *stalking*.

Quanto à procura de apoio, 52.9% (n=55) relatou que buscou por ajuda, sobretudo por profissionais da área da saúde (18.3%) (cf. Tabela 9). Todavia, muitos dos participantes preferiram não especificar o tipo de ajuda procurada e algumas vítimas relataram com uma pergunta aberta “Quais outros meios não foram mencionados acima?” teve como resposta de que o estilo de vida na *internet* mudou (9.1%), não expôs nas redes sociais que estava em um novo relacionamento (9.1%) e de que teve mudança de locais frequentados para que o *stalker* não encontrasse mais a vítima (9.1%).

Tabela 9.

Reconhecimento do tipo de ajuda que a vítima de stalking procura (n=104)

	% Sim	% Não	Omisso
Busca por ajuda	52.9	47.1	-
Familiares	3.8	2.9	93.3
Amigos	5.8	1.9	92.5
Conhecidos	13.5	25.0	61.5
Pessoas do contexto profissional/escolar	10.6	26.9	62.5
Profissionais de saúde	18.3	26.9	54.8
Profissionais das forças de segurança	6.7	35.6	57.7
Serviços sociais ou de apoio a vítimas	1.0	40.4	58.7

iv) descrever as características sociodemográficas e de vitimação/agressão por ciberstalking reportadas pelos estudantes universitários;

Verificou-se (cf. Tabela 10) que a amostra de vítimas de *ciberstalking* é majoritariamente feminina (84.6%), com idades entre 21 e 24 anos (51%), solteiros (89.4%) e se encontram, na atualidade, em um relacionamento amoroso (51.9%).

Tabela 10.

Caraterização sociodemográfica das vítimas de ciberstalking (n=104)

Variável	Categorias	n	%
Sexo	Feminino	88	84.6
	Masculino	16	15.4
Grupos etários	Entre 18 e 20 anos	26	25.0
	Entre 21 e 24 anos	53	51.0
	Entre 25 e 30 anos	24	23.1
	Entre 31 e 44 anos	1	1.0
Estado civil	Solteiro(a)	93	89.4
	Casado(a)	10	9.6
	Divorciado(a)	1	1.0
Situação amorosa	Mantêm atualmente uma relação	54	51.9
	Mantêm relações ocasionais	36	34.6
	Não mantêm atualmente uma relação	14	13.5

Quanto aos padrões de ocorrência mais frequentes da prática do *ciberstalking* no contexto universitário, verificou-se os comportamentos de hiperintimidade, sendo de (89.3%) “enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes” obteve a uma maior

taxa de prevalência nas vítimas de *ciberstalking*, sendo de (82.7%), o item “enviar objetos de afeto” e o item “enviar mensagens excessivamente reveladoras teve (73.1%), obteve a segunda maior taxa de prevalência nas vítimas e em terceiro, o item “enviar objetos de afeto” teve como resultado 67.4% (cf. Tabela 11). É importante salientar que a divisão feita (transferência para a vida real, hiperintimidade, ameaça e sabotagem) se configurou apenas como uma forma de organização, seguindo a estrutura do estudo português realizado por Pires et al. (2018).

Vitimação de stalking e cyberstalking em universitários brasileiros

Tabela 11.

Prevalência dos Comportamentos de Vitimação por Cyberstalking

Escala de Avaliação de Cyberstalking (EAC)	%				
	Nunca	1 vez	2 a 3 vezes	4 a 5 vezes	+ de 5 vezes
<i>Transferência para a vida real</i>					
6. Assediar o seu avatar num grupo cibernético	76.9	6.7	8.7	4.8	2.9
19. Modificar a sua identidade eletrônica	83.7	7.7	3.8	1.9	2.9
20. Apoderar-se da sua identidade eletrônica	76.9	12.5	5.8	1.9	2.9
21. Dirigir outros para si de formas ameaçadoras	89.4	3.8	-	1.9	2.9
22. Conhecer-lo(a) primeiro on-line e depois segui-lo(a)	79.8	11.5	1.0	4.8	2.9
23. Conhecer-lo(a) primeiro on-line e depois intrrometer-se na sua vida	70.2	14.4	6.7	5.8	2.9
25. Conhecer-lo(a) primeiro on-line e depois feri-lo(a)	92.3	1.9	1.9	2.9	2.9
26. Conhecer-lo(a) primeiro on-line e depois perseguir-lo(a)	40.7	.8	.8	-	1.3
	33.5	6.4	1.7	.4	1.3
<i>Hiperintimidade</i>					
1. Enviar objetos de afeto	32.7	20.2	21.2	7.7	18.3
2. Enviar mensagens exageradas de afeto	17.3	10.6	33.7	6.7	31.7
3. Enviar mensagens excessivamente reveladoras	26.9	20.2	21.2	7.7	24.0
4. Enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes	10.6	14.4	31.7	11.5	31.7
5. Constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social	46.2	13.5	13.5	8.7	18.3
<i>Ameaça</i>					
7. Enviar imagens ou mensagens pornográficas/obscena	47.1	17.3	12.5	8.7	14.4
8. Enviar mensagens escritas ameaçadoras	60.6	18.3	8.7	1.9	10.6
9. Enviar mensagens de assédio sexual	45.2	17.3	14.4	6.7	16.3
12. Fingir ser alguém que não é	42.3	24.0	16.3	1.9	15.4
15. Tentar desativar o seu computador	79.8	5.8	6.7	1.9	5.8
16. Obter informação privada sem permissão	59.6	19.2	9.6	1.9	9.6
17. Usar o computador para obter informações sobre os outros	84.6	2.9	5.8	1.9	4.8
<i>Sabotagem</i>					
13. Sabotar a sua reputação	45.2	18.3	12.5	11.5	12.5
14. Sabotar a sua reputação no trabalho/escola	61.5	14.4	7.7	8.7	7.7
10. Enviar fotografias ou imagens ameaçadoras	80.8	8.7	5.8	1.0	3.8
11. Expor informação privada sobre si aos outros	66.3	13.5	8.7	3.8	7.7
18. Colocar escutas no seu carro, casa, escritório	93.3	3.8	-	1.9	1.0
24. Conhecer-lo(a) primeiro on-line e depois ameaçar-lo(a)	82.7	7.7	3.8	1.9	3.8

Legenda: - significa que não houve relato nesta categoria

2.4. Discussão dos resultados

Situações de violência de uma maneira geral cursam com impacto em vários seguimentos pessoais e sociais. Neste estudo, buscou-se ampliar a produção de conhecimentos sobre a ocorrência do *stalking* e *cyberstalking*, bem como relação a vitimação em universitários brasileiros. Dessa forma, participaram deste estudo 236 universitários, predominando o sexo feminino (79.2%), idades compreendidas entre 21 e 24 anos (51.7%), pertencentes a região Sudeste do Brasil (87.3%), com prevalência quase total cursando a graduação (98.3%) e solteiros(as) (90.3%), porém, metade (51,7%) mantem relação amorosa.

Quanto a ocorrência do *stalking* dois aspectos têm sido frequentemente discutidos na literatura: o fato de estudantes solteiros apresentarem maior prevalência. (Boyle & McKinzie, 2018; Kabiri et al., 2020; Pires et al., 2018; Spitzberg & Cupach, 2007) e questão da diferença de gênero (Banyard et al., 2020; Björklund et al., 2010; Boen & Lopes, 2019; Fedina et al., 2019; Pires et al., 2018; Rocha, 2020). Estudos realizados mostram que isso pode estar relacionado por conta de que os homens são ensinados socialmente a serem mais fortes, não aceitar respostas com conotação negativa e assim, perseguir a parceria romântica, mesmo após várias negativas como resposta, antes que as mulheres reconheçam ou aceitem as ofertas (Fox et al., 2016; Nobles et al., 2014).

Quanto a ocorrência da de *stalking* e *cyberstalking* em contexto universitário neste estudo, verificou-se uma taxa de 44.1% quando comparado com a amostra total ($n=236$) sendo as vítimas predominantemente do sexo feminino (83.7%), dado este que corrobora a literatura (Björklund et al., 2010; Pereira & Matos., 2016; Boen & Lopes, 2019; Fedina et al., 2019;; Pires et al., 2019; Banyard et al., 2020). Além disso, esses dados podem significar que as mulheres denunciam mais e os homens se sentem envergonhados em fazer denúncia, como pode ser constatado com os estudos internacionais (Ahlgrim & Terrance, 2018; Pires et al., 2018). Estes dados também corroboram resultados brasileiros, como no estudo de Santos et al. (2021) com 76.5% de mulheres, com idade média de 21.6 anos e solteiras (53%) e (41%) estavam em um relacionamento amoroso.

Sobre a coocorrência de ambos os fenômenos no contexto universitário, o resultado foi de que 80.8% dos estudantes que se auto definiram como vítimas tanto do

stalking como do *cyberstalking* e que a maioria dos *stalkers* é do sexo masculino (76.9%). Em relação a frequência dos comportamentos perpetrados foi predominantemente diariamente (38.5%), a duração dos comportamentos foi principalmente de um a seis meses (31.7%) e os agressores são majoritariamente alguém com quem tem ou teve uma relação amorosa (39.4%), em seguida, um(a) conhecido(a), colega, amigo(a), vizinho(a) (36.5%) e ocorreu principalmente antes de iniciar a relação amorosa (26.6%) e ainda 15.4% das vítimas relataram que ainda continuam sendo vítima dessa prática e que ocorreu durante o último ano (71.2%). Alguns desses dados vem de encontro com a pesquisa realizada por Pires et al. (2018) em que tiveram como resultado: a maioria dos *stalkers* eram do sexo masculino (71.3%), a frequência dos comportamentos eram majoritariamente realizados diariamente (55.7%) e de que os agressores eram alguém conhecido(a), amigo(a) ou familiar (38.3%) da vítima (Pires et al., 2018), e esses dados podem mostrar que o tipo de relacionamento entre a vítima e o *stalker* é um dos principais preditivos em relação a diversidade e duração do *stalking*, sendo que relacionamento mais próximo, tem maior diversidade e maior duração (Matos et al., 2019).

Sobre a prática de *stalking*, os resultados em relação a caracterização sociodemográfica das vítimas são: as mulheres (83.7%) são as principais vítimas, a faixa etária predominante é entre 21 e 24 anos (49.0%), solteiros(as) (88.5%) e atualmente mantêm relação amorosa (51.9%), como encontrados nas pesquisas internacionais e de que as mulheres são mais vulneráveis para serem vítimas (Kabiri et al., 2020; Pereira & Matos., 2016; Pires et al., 2018; Spitzberg & Cupach, 2007).

Em relação ao tipo de agressão perpetrada, apenas dez sujeitos dos 104 que disseram serem vítimas de *stalking* e *cyberstalking* responderam a essa pergunta. A resposta maior foi de que os estudantes universitários sofreram mais agressão física (40%), mesmo assim, não é o suficiente para dizer de que essa prática é a mais comum em função do baixo número de resposta.

Em relação a experiência e a quantidade de agressores por vítimas teve como resultado de que a maioria teve experiência única (61.5%) e aqueles que relataram terem tido experiência múltipla de vitimação (38.5%) a maioria não respondeu a quantidade de agressores que foram vítimas e os que responderam, teve como maior

resultado de que foi vítima por menos de três pessoas (11.5%) e a maioria das vítimas relataram que o stalking ocorreu durante o último ano (71.2%).

Esse resultado vem de encontro com a literatura em que o impacto das vítimas que experienciaram o comportamento de *stalking* mais de uma vez são mais afetadas daquelas que experienciaram apenas uma única vez (Matos et al., 2019) e em relação a isso, pode-se dizer que o impacto do stalking no funcionamento global das vítimas foi de que em relação a essa experiência a maioria se sentiu um pouco assustado(a) (48.1%). E com as áreas mais afetadas foram: a saúde psicológica (94.3%), relações de intimidade (82.6%). Este resultado corrobora com a literatura em que Pathé et al. (2001) relata em um de seus estudos de que algumas vítimas podem sofrer angústia profunda e que muitos têm como experiência o declínio tanto na saúde mental como física (Pathé et al, 2001).

Sobre isso, os resultados apresentados em relação ao pedido de ajuda, a maioria dos participantes disseram que buscaram por ajuda (52.9%), sendo que a maioria das vítimas buscou ajuda de profissionais da área da saúde (18.3%), mas vale ressaltar que a maioria dos estudantes não responderam essa pergunta e podemos pensar o quanto é importante trabalhar com essa população de estudantes a prevenção da violência nos três níveis: primário, secundário e terciário, inclusive trabalhar com os perpetradores, principalmente os homens em que possa ser abordado temas como: raiva, violência, comunicação, como propõe alguns autores (Ellsberg et al., 2015; Smedslund, 2007). Além disso, no Brasil ainda são escassos esses tipos de programas, podendo assim, essa pesquisa colaborar para que as próximas pesquisas possam além de trabalhar com uma amostra maior de participantes, trabalhar também com o *stalker* além da vítima (Murta et al., 2012; 2013; 2014).

Em relação a prevalência dos comportamentos de vitimação por *stalking* é de “tentar entrar em contato de forma não desejada” (79.8%), seguido de aparecer em “locais frequentados pela vítima” (42.3%) e por fim, “vigiar ou pedir a alguém para vigiar” (34.6%) em comparação com um estudo realizado em Portugal que teve como resultado “tentar entrar em contato de forma não desejada” (89,8%), “aparecer em locais frequentados pela vítima” (54,5%), “ser perseguido” (34,7%) e “vigiar ou pedir a alguém para vigiar” (33,5%), para além de outros (Pires et al., 2019) e podemos observar que os resultados desta pesquisa foram inferiores e em relação aos

comportamentos tido como mais intrusivos, como: “vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais” e “invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa” foram menos representativos.

Vale ressaltar que o *ciberstalker* tem a vantagem de ter informações tanto públicas quanto privadas que ficam armazenadas de forma *online* e que podem ser facilmente acessadas sem que a pessoa tenha conhecimento ou em agências que têm informações online pagas que reúnem informações de um indivíduo (Ahlgrim & Terrance, 2018; Reyns et al., 2012). Além disso, a prática de *ciberstalking* muitas vezes passam a ser normalizados no contexto *on-line* e de que as ações perpetuadas na *internet* não são vistas com a mesma gravidade de quando ocorre no mundo real (Santos et al., 2021; Spitzberg & Cupach, 2007).

Dito isso, com o aumento do uso da tecnologia, os *ciberstalkers* bombardeiam as vítimas com mensagens e informações assim como disseminação de informações prejudiciais da vítima (Ahlgrim & Terrance, 2018; Strawhun et al., 2013). Com isso, os padrões de ocorrência de *ciberstalking* mais frequentes relatados pelas vítimas são de prevalência de hiperintimidade, que se refere a um conjunto de expressão considerada excessiva ou inapropriada.

Neste contexto, o item “enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes” obteve o maior resultado, sendo 89.3%, e pode-se dizer que em relação aos estudos internacionais com estudantes universitários (Pires et.al., 2018), o valor está semelhante ao que foi encontrado neste estudo. Além disso, foi possível observar que 80.8% da amostra que relataram serem vítimas, foram de ambos os fenômenos, e esse dado não é possível comparar com estudos brasileiros, por não haver ainda nenhum artigo científico publicado com os dois temas, *stalking* e *ciberstalking*.

Os resultados encontrados nesta pesquisa indicam que as mulheres continuam sendo majoritariamente vítimas, a faixa etária das vítimas é entre 21 e 24 anos como esperado por serem estudantes universitários, solteiros(as) e de que a as vítimas buscam ajuda, principalmente de profissionais possibilitando que tenham apoio e cuidados necessários, inclusive pelo fato de que atualmente a prática de *stalking* é considerado crime, o que possibilita recursos necessários para que as vítimas busquem ajudas necessárias tanto no âmbito jurídico quanto psicológico.

Conclusão

O presente estudo produziu informações importantes que certamente contribuem para o conhecimento das práticas e os padrões de vitimação em estudantes universitários brasileiros, no qual a comunidade científica internacional tem se aprofundando e no contexto do Brasil ainda continua escasso o material sobre as temáticas de *stalking* e *cyberstalking*.

Essas práticas estão cada vez mais inseridas no contexto brasileiro, visto que muitos expressam esses comportamentos tanto no *online* quanto no *off-line* e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) estão cada vez mais presentes e são instrumentos de comunicação da maioria da população e com isso acaba possibilitando que os *stalkers* consigam assediar as suas vítimas.

Esse trabalho teve como público alvo os estudantes universitários, um público que está cada vez mais inserido nas TIC, seja para o profissional quanto para o pessoal, como para iniciar relacionamentos amorosos, o que acaba tornando esse grupo mais vulnerável para serem vítimas de assédio. Além disso, junto com essa população, foi possível reconhecer a taxa de ocorrência de *stalking* e *cyberstalking*, características sociodemográficas, vitimação/agressão, funcionamento global das vítimas, se procuravam ajuda.

Os resultados corroboram com os dados da literatura quanto a ocorrência do *stalking* e *cyberstalking*, como, o relacionamento entre a vítima e o perpetrador em relação a diversidade e a duração são fatores relevantes para a prática desses fenômenos, mostrando que os perpetradores eram em sua maioria ex-parceiros e praticavam esses crimes diariamente. As mulheres são as principais vítimas e os homens, os perpetradores. Além de que os estudantes relataram que foram mais vítimas de agressão física, mas não é o suficiente para dizer de que essa prática é a mais comum em função do baixo número de resposta.

Apesar de ambos os fenômenos serem praticadas há bastante tempo, apenas recentemente se tornou objeto de estudo pela comunidade científica, principalmente no contexto brasileiro. É sabido também que com o aumento do uso da tecnologia, os *cyberstalkers* bombardeiam as vítimas com mensagens e informações assim como disseminação de informações prejudiciais da vítima e assim, essa prática compromete a qualidade de vida e muitas vezes esses comportamentos podem ser apresentados como

atividades rotineiras e inofensivas e por essas questões é muito importante de que seja realizada psicoeducação tanto com as vítimas quanto com os *stalkers*.

Sobre isso, é importante ressaltar que os participantes que disseram que foram vítimas, a maioria teve comprometimento na área da saúde mental e nas relações de intimidade e com esses resultados é importante salientar a importância de um trabalho em conjunto com psicólogos e psiquiatras, pelo fato de que muitas vítimas por conta da vitimação, principalmente a múltipla, acabam desenvolvendo algum transtorno mental, como a depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e precisa de tratamento com especialistas.

Por outro lado, entende-se que a recente criminalização do *stalking* no Brasil se traduz em marco importante no enfrentamento dessa modalidade de violência. Entretanto, ampliar a produção de conhecimento de mais estudos, como foi o propósito dessa investigação, se fazem necessários para subsidiar cada vez a criação de trabalhos preventivos para ambos os comportamentos.

Ainda que, indubitavelmente este trabalho produz resultados acerca do *stalking* e *cyberstalking* na realidade brasileira, destacamos algumas limitações. Dada a relevância do tema esperava-se números de participantes mais robusto, capaz de ter uma melhor representação amostral da população brasileira, o que certamente, aumentaria o poder de generalização desses resultados. Possivelmente o fenômeno, pandemia colaborou para esta limitação. Outro aspecto, deve-se a limitação de trabalhos brasileiros, e foi encontrado apenas um sobre *cyberstalking* que também encontraram dificuldades o que dificultou a construção da discussão, no sentido de poder comparar os dados encontrados com a mesma população. Com isso, pode-se dizer apesar do Brasil ser um país de dimensão continental, não há tanta participação em pesquisas e acreditamos que seja por diversos fatores, entre eles: falta de informação, medo da exposição, mesmo sendo uma pesquisa anônima, muitos não têm acesso a tecnologia. Já os trabalhos internacionais são mais robustos, tem a participação da população e o desejo em contribuir com a ciência e assim, a amostra dos estudos quantitativos é elevada.

Portanto, é importante salientar de que essa pesquisa teve como relevância, o mapeamento do comportamento dos agressores e vítimas, as características sociodemográficas, compreender quem é a rede de apoio das vítimas e o quanto a tecnologia mesmo sendo usada para lado positivo também é usada para o negativo e em

um período que no Brasil a prática se tornou crime podendo aumentar o número de denúncias e a conscientização da população de que “*stalkear*” uma pessoa, principalmente nas redes sociais é crime.

Para pesquisas futuras, além de elevar o número de participantes para certamente produzir dados mais robustos contribuindo com informações para políticas preventivas, também é relevante criar programas para que as vítimas se sintam seguras em falar sobre a violência que sofrer sem se sentir julgada ou que sofra a revitimização e os perpetradores desses fenômenos possam identificar quais são os comportamentos disfuncionais, assim podendo modificar o comportamento e consigam lidar de uma melhor forma com uma resposta negativa de um possível relacionamento o término do relacionamento.

Referências

- Ahlgrim, B., & Terrance, C. (2018). Perceptions of cyberstalking: impact of perpetrator gender and cyberstalker/victim relationship. *Journal of Interpersonal Violence*, 36 (7-8). Advanced online publication. <https://doi.org/10.1177/0886260518784590>
- Andrade, F. S. (2016). Ana Hickmann é vítima de um stalker. *Jusbrasil*. Recuperado de: <https://fabianompt.jusbrasil.com.br/artigos/341078442/anna-hickmann-e-vitima-de-um-stalker>
- Banyard, V. L., Demers, J. M., Cohn, E. S., Edwards, K. M., Moynihan, M. M., Walsh, W. A., & Ward, S. K. (2020). Academic correlates of unwanted sexual contact, intercourse, stalking, and intimate partner violence: An understudied but important consequence for college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(21–22), 4375–4392. <https://doi.org/10.1177/0886260517715022>
- Basile, K. C., Swahn, M. H., Chen, J., & Saltzman, L. E. (2006). Stalking in the United States: Recent national prevalence estimates. *American Journal of Preventive Medicine*, 31(2), 172–175. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2006.03.028>
- Benson, V., Hand, C., & Hartshorne, R. (2019). How compulsive use of social media affects performance: Insights from the UK by purpose of use. *Behaviour & Information Technology*, 38., 1–15. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/0144929x.2018.1539518>
- Björklund, K., Häkkänen-Nyholm, H., Sheridan, L., & Roberts, K. (2010). The prevalence of stalking among finish university students. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(4), 684–698. <https://doi.org/10.1177/0886260509334405>
- Blachinio, A., & Przepiórka, A. (2018). Facebook intrusion, fear of missing out, narcissism, and life satisfaction: A cross-sectional study. *Psychiatry Res.* 259 (n.a.), 514-519. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.11.012>
- Bocij, P., & McFarlane, L. (2003). Cyberstalking: The technology of hate. *The Police Journal*, 76(3), 204-221. <https://doi.org/10.1350/pojo.76.3.204.19442>
- Boen, M. T., & Lopes, F. L. (2019). Vitimização por stalking: Um estudo sobre a prevalência em estudantes universitários. *Revista Estudos Feministas*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n250031>

- Boyle, K. M., & McKinzie, A. E. (2018). The prevalence and psychological cost of interpersonal violence in graduate and law school. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13–14), 6319–6350. <https://doi.org/10.1177/0886260518816329>
- Branson, M., & March, E. (2021). Dangerous dating in the digital age: Jealousy, hostility, narcissism, and psychopathy as predictors of cyber dating abuse. *Computers in Human Behavior* 119: 106711. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.106711>
- Burke, S. C., Wallen, M., Vail-Smith, K., & Knox, D. (2011). Using technology to control intimate partners: An exploratory study of college undergraduates. *Computers in Human Behavior*, 27(3), 1162-1167. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2010.12.010>
- Carvalho, C. S. S. (2010). *Cyberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Portugal. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/1822/18638>
- Cavezza, C., & McEwan, T. E. (2014). Cyber stalking versus off-line stalking in a forensic sample. *Psychology, Crime & Law*, 20, 955-970. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.89334>
- Choi, K. S., Cho, S., & Lee, J. R. (2019). Impacts of online risky behaviors and cybersecurity management on cyberbullying and traditional bullying victimization among Korean youth: Application of cyber-routine activities theory with latent class analysis. *Computers in Human Behavior*. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.06.007>
- Coquim, A. I. A. (2015). *Stalking – Uma realidade a criminalizar em Portugal?* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Recuperado de: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/30073/1/Stalking.pdf>
- Cruz, V.F., & Ngo, F.T. (2021). Stalking victimization and emotional consequences: A cross-cultural comparison between american and spanish university students. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1-24. <https://doi.org/10.1177/0306624X21990816>

- Deans, H., & Bhogal, M. S. (2017). Perpetrating cyber dating abuse: A brief report on the role of aggression, romantic jealousy and gender. *Current Psychology*, 38(5): 1077-1082. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9715-4>
- Diário da República Eletrónico (2015). Lei n.º 83/2015 de 5 de agosto. DR, 1º Série, n.º 151, de 5 de agosto de 2015. Recuperado de: <https://dre.pt/application/file/69951045>.
- Diário Oficial da União (2021). Lei Nº14.132 de 31 de março. 61 E, de 31 de março de 2021. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.132-de-31-de-marco-de-2021-311668732>
- D'Ovidio, R. & Doyle, J. (2003). A study on cyberstalking: Understanding investigative hurdles. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 72(3), 10-17. Recuperado de: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/study-cyberstalking-understanding-investigative-hurdles>
- Draucker, C., & Martsof, D. (2010). The role of electronic communication Technology in Adolescent Dating Violence. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 23(3), 133–142. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2010.00235.x>
- Dreßing, H., Bailer, J., Anders, A., Wagner, H., & Gallas, C. (2014). Cyberstalking in a large sample of social network users: Prevalence, characteristics, and impact upon victims. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 17(2), 61–67. <https://doi.org/10.1089/cyber.2012.0231>
- Ellsberg, M., Arango, D. J., Morton, M., Gennari, F., Kiplesund, S., Contreras, M., & Watts, C. (2015). Prevention of violence against women and girls: what does the evidence say? *Lancet (London, England)*, 385 (9977), 1555–1566. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61703-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61703-7)
- Fedina, L., Backes, B. L., Sulley, C., Wood, L., & Busch-Armendariz, N. (2020). Prevalence and sociodemographic factors associated with stalking victimization among college students. *Journal of American college health: J of ACH*, 68(6), 624–630. <https://doi.org/10.1080/07448481.2019.1583664>
- Fox, K. A., Nobles, M. R., & Fisher, B. S. (2016). A multi-theoretical framework to assess gendered stalking victimization: The utility of self-control, social learning, and control balance theories. *Justice Quarterly*, 33(2), 319–347. <https://doi.org/10.1080/07418825.2014.902985>

- Freitas, R. Senado Federal. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8906404&ts=1612374954678&disposition=inline>
- Friedman S. H. (2015). Realistic consideration of women and violence is critical. *The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 43(3), 273–276. Recuperado de: <https://jaapl.org/content/jaapl/43/3/273.full.pdf>
- Glette, G. (2020). Primeiro caso de stalking investigado pela lei Maria da Penha no Brasil. Recuperado de: <https://www.hypeness.com.br/2020/01/primeiro-caso-de-stalker-e-investigado-pela-lei-maria-da-penha-no-brasil/>
- Gomes, G. I. G. (2016). *O novo crime de perseguição: Considerações sobre a necessidade de intervenção penal no âmbito do stalking* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Recuperado de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41675/1/TESE%20FILIPA%20ISABEL%20GOMES%20FDUC.pdf>
- Grangeia, H., & Matos, M., (2010). Stalking: consensos e controvérsias. In: Machado, C., Coord (Eds.), *Novas formas de vitimação criminal. Psiquilíbrios*. Edições, Braga, p. 121–166.
- Harrington D & Dubowitz H (1993). What can be done to prevent child maltreatment?. p. 258-280. In RL Hampton *et al.* (eds.) - *Issues in Children's and Families' Lives*. 1. Family violence: prevention and treatment. *Sage Publications*, Califórnia.
- Heise L. (2011). What works to prevent partner violence? An evidence overview. *London: Strive Research Consortium*. Recuperado de: <http://strive.lshtm.ac.uk/system/files/attachments/What%20works%20to%20prevent%20partner%20violence.pdf>
- James, D. V., & Farnham, F. R. (2003). Stalking and serious violence. *The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 31(4), 432–439. Recuperado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14974798/>
- Kabiri, S., Choi, J., Shadmanfaat, S., & Lee, J. (2020). Cyberstalking victimization: An empirical assessment of RAT among female iranian college students. *Journal of Interpersonal Violence*. 1-27. <https://doi.org/10.1177/0886260520975826>

- Kaur, P., Dhir, A., Tandon, A., Alzeiby, E. A., & Abohassan, A. A. (2020). A systematic literature review on cyberstalking. An analysis of past achievements and future promises. *Technological Forecasting and Social Change*, 120426. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120426>
- Maran, D. A., Begotti, T. (2019). Prevalence of cyberstalking and previous offline victimization in a sample of Italian university students. *Social Sciences*, 8(1), 30. <https://doi.org/10.3390/socsci8010030>
- Marcum, C. D., Higgins, G. E., & Poff, B. (2016). Exploratory investigation on theoretical predictors of the electronic leash. *Computers in Human Behavior*, (61), 213–218. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.03.010>
- Marcum, C. D., Higgins, G. E., & Nicholson, J. (2017). I'm watching you: Cyberstalking behaviors of university students in romantic relationships. *American Journal of Criminal Justice*, 42(2), 373–388. <https://doi.org/10.1007/s12103-016-9358-2>
- Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., Azevedo, V., Gonçalves, M., & Sheridan, L. (2019). Stalking victimization in Portugal: Prevalence, characteristics, and impact. *International Journal of Law, Crime and Justice*, (57), 103-115. Recuperado de: <https://espace.curtin.edu.au/handle/20.500.11937/76087>
- Mechanic, M. B., Weaver, T. L., & Resick, P. A. (2000). Intimate partner violence and stalking behavior: Exploration of patterns and correlates in a sample of acutely battered women. *Violence and victims*, 15(1), 55–72. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.15.1.55>
- Metropolitan Police Service. (1997). The protection from harassment Act 1997: A guide (Version 2.0). New Scotland Yard. Recuperado de: <https://www.cps.gov.uk>
- Moriarty, L. J., & Freiburger, K. (2008). Cyber stalking: Utilizing newspaper accounts to establish victimization patterns. *Victims & Offenders*, (3), 131-141. <https://doi.org/10.1080/15564880801938169>
- Mullen, P. E., Pathé, M., & Purcell, R. (2000). Stalkers and their victims. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1002/ab.80007>
- Mullen, P., Pathé, M., & Purcell, R. (2009). Stalkers and their Victims (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511544088>

- Murta, S. G.; Ribeiro, D. C.; Rosa, I. O.; Menezes, J. C. L.; Rieiro, M. R. S.; Borges, O. S.; Paulo, S. G.; Oliveira, V.; Miranda, V. H.; Del Prette, A.; & Del Prette, Z.A. P. (2012). Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência. *Psico-USF*, 17(1):21-32. <http://doi.org/10.1590/S1413-82712012000100004>
- Murta, S. G., Santos, B. R. P., Martins, C. P. S., & Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 117-131. <https://doi.org/10.4013/ctc.2013.62.05>
- Murta, S. G., Ramos, C. E. P. L., Cangussú, E. D. A., Tavares, T. N. G., & Costa, M. S. F. (2014). Desenvolvimento de um website para prevenção à violência no namoro, abandono de relações íntimas abusivas e apoio aos pares. *Contextos Clínicos*, 7(2): 118-132. <https://doi.org/10.4013/ctc.2014.72.01>.
- Neto., R. P.A., & Tsutsui, F. A., (2017). A tipicidade do stalking no Brasil. *Revista Interfaces*, 97-109. Recuperado de: <https://www.uniesp.edu.br/revistas>
- Nobles, M. R., Reyns. B. W., Fox, K. A., & Fisher, B. S. (2014). Protection against pursuit: A conceptual and empirical comparison of cyberstalking and stalking victimization among a national sample. *Justice Quarterly*, (31), 986, 1014. <https://doi.org/10.1080/07418825.2012.723030>
- Office for National Statistics. (2016). Compendium: Intimate personal violence and partner abuse. Recuperado de: <https://www.ons.gov.uk>
- Ostermeyer, B., Friedman, S. H., Sorrentino, R., & Booth, B. D. (2016). Stalking and violence. *Psychiatric Clinics of North America*, 39(4), 663–673. <https://doi.org/10.1016/j.psc.2016.07.010>
- Pathé, M., Mullen, P., & Purcell, R. (2001). Management of victims of stalking. *Advances in Psychiatric Treatment*, 7(6), 399-406. <http://doi:10.1192/apt.7.6.399>
- Pereira, F., & Matos, M. (2016). Cyber-stalking victimization: What predicts fear among Portuguese adolescents, *Eur. J. Crimin. Policy Res.* 22(2), 253-270. <https://doi.org/10.1007/s10610-015-9285-7>
- Pires, S., Sani, A., & Soeiro, C., (2018). Stalking e cyberstalking em estudantes universitários: Uma revisão sistemática. *Revista Portuguesa de Investigação*

- Comportamental e Social*. 4(2): 60-75.
<https://doi.org/10.31211/rpics.2018.4.2.75>
- Pires, S., Sani, A., & Soeiro, C., (2019). Stalking e cyberstalking: Coocorrência e padrões de vitimação em estudantes universitários. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Rio de Janeiro, 70(2): 5-21. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/331503628_Stalking_e_cyberstalking_coocorrencia_e_padroes_de_vitimacao_em_estudantes_universitarios
- Purcell R, Pathé M, & Mullen PE., (2004) Stalking: Defining and prosecuting a new category of offending. *Int J Law Psychiatry*. Mar-Apr; 27(2): 157-69. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2004.01.006>
- Reyns, B. W., Henson, B., & Fisher, B. S. (2011). Being pursued online: applying cyberlifestyle-routine activities theory to cyberstalking victimization. *Criminal Justice and Behavior*, (38), 1146-1169. <https://doi.org/10.1.1.1009.3643>
- Reyns, B. W., Henson, B., & Fisher, B. S. (2012). Stalking in the twilight zone: Extent of cyberstalking victimization and offending among college students. *Deviant Behavior*, (33), 1-25. <https://doi.org/10.1080/01639625.2010.538364>
- Roberts, L. (2008). Jurisdictional and definitional concerns with computer-mediated interpersonal crimes: An analysis on cyberstalking. *International Journal of Cyber Criminology*,(2), 271-285. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/20.500.11937/24065>
- Rocha, E. C. S. (2020). *Stalking sob o olhar das vítimas: concepções e percepções sobre o crime*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Porto. Recuperado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130972/2/433755.pdf>
- Rosado, S. (2019). *Lei Maria da Penha e normas correlatas*- Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Rueda, H. A., Lindsay, M., & Williams, L. R. (2015). “She posted it on Facebook”: Mexican American adolescents’ experiences with technology and romantic relationship conflict. *Journal of Adolescent Research*, 30(4), 419–445. <https://doi.org/10.1177/0743558414565236>

- Sani, A., Carrasquinho, J., & Soeiro, C. (2018). Violências nas relações de intimidade em jovens e os comportamentos de stalking e cyberstalking. In M. Paulino, & A. Alchieri (Coords.). *Desvio, crime e vitimologia* (pp. 71-85). Lisboa: Pactor.
- Sani, A. I., & Valqueresma, J. (2020). Cyberstalking: prevalencia y estrategias de afrontamiento en estudiantes portuguesas de secundaria. *Avances En Psicología Latinoamericana*. 38(3).
<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.8160>
- Santos, C., & Tagliaferro, E., (2020). A responsabilidade civil como instrumento jurídico de punição ao stalking e ao cyberstalking. *Revista Científica*, Ed. 20. https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20201125002201.pdf
- Santos, I. L. S., Pimentel, C. E., & Mariano, T. E. (2021). Cyberstalking scale: development and relations with gender, FOMO and social media engagement. *Curr Psychol*. <https://doi.org/10.1007/s12144-021-01823-3>
- Sheridan, L. P., Blaauw, E., & Davies, G. M. (2003). Stalking: Knowns and Unknowns. *Trauma, Violence, & Abuse*, 4(2), 148–162. <https://doi.org/10.1177/1524838002250766>
- Sheridan, L. P., & Grant, T. (2007). Is cyberstalking different? *Psychology, Crime & Law*, 13(6), 627-640. <https://doi.org/10.1080/10683160701340528>
- Spitzberg, B., & Hoobler, G. (2002). Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism. *New Media & Society*, 4(1), 67-88. <https://doi.org/10.1177/14614440222226271>
- Spitzberg, B., & Cupach, W. (2007). The state of art of stalking: Taking stock of the emerging literature. *Aggression and Violent Behavior*, (12), 64–86. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.05.001>
- Statista. (2019). Internet usage worldwide. In *Statista*. Recuperado de: <https://www.statista.com/topics/1145/internet-usage-worldwide/>
- Strand, S., & McEwan, T. E. (2012). *Violence among female stalkers*. *Psychological medicine*, 42(3), 545–555. <https://doi.org/10.1017/S0033291711001498>
- Strawhun, J., Adams, N., & Huss, M. T. (2013). The assessment of cyber stalking: An expanded examination including social networking, attachment, jealousy, and anger in relation to violence and abuse. *Violence and Victims*, 28(4), 715-730. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.11-00145>

- Teixeira, L. (2017). *O crime de Stalking*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito, Escola do Porto. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10400.14/23709>
- Valqueresma, J. F. B. (2016). *Cyberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes do ensino secundário* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/5324>
- West, S. G., & Friedman, S. H. (2008). These Boots are made for stalking: Characteristics of female stalkers. *Psychiatry (Edgmont (Pa.: Township))*, 5(8), 37–42. Recuperado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19727274/>
- White, W. E., & Carmody, D. (2016). Preventing online victimization: College students' views on intervention and prevention. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(14), 2291-2307. <https://doi.org/10.1177/0886260515625501>
- White, E., Longpré, N., & Stefanska., (2020). Stalking behaviors presented by ex-intimate stalkers: A victim's perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-20. <https://doi.org/10.1177/0886260520934429>
- Wolfe, D. A., Crooks, C., Jaffe, P., Chiodo, D., Hughes, R., Ellis, W., Stitt, L., & Donner, A. (2009). A school-based program to prevent adolescent dating violence: a cluster randomized trial. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, 163(8), 692–699. <https://doi.org/10.1001/archpediatrics.2009.69>
- Wolfe, D. A., Wekerle, C., Scott, K., Straatman, A. L., Grasley, C., & Reitzel-Jaffe, D. (2003). Dating violence prevention with at-risk youth: a controlled outcome evaluation. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71(2), 279–291. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.71.2.279>

Anexos

Anexo A

Pedido de autorização para aplicação do Inventário de Vitimação por Stalking e da Escala de Avaliação de Cyberstalking

Excelentíssima Sr.^a Prof. Doutora
Marlene Matos

Assunto: Solicitação de autorização para uso de questionário.

O meu nome é Rebeca Orselli Monteiro, sou licenciada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil, e neste momento encontro-me a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Psicologia da Justiça na Universidade Fernando Pessoa sob coordenação da Professora Doutora Ana Sani. O segundo ano do mestrado é constituído pela dissertação e pelo estágio sendo que o tema de dissertação por mim escolhido foi: “Vitimação por Stalking e Cyberstalking de jovens universitários brasileiros”, a qual será realizada sob a orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani da Universidade Fernando Pessoa e do Professor Antônio de Pádua Serafim do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). Atendendo a que um dos meus objetivos da investigação passa por reconhecer quais padrões de ocorrências e cocorrência de cyberstalking no âmbito de relações de intimidade, venho por este meio solicitar a sua autorização para utilizar a Escala de Avaliação do Cyberstalking. Informo que pretendemos efetuar a recolha de dados via online.

Agradeço desde já a melhor atenção que possa dar a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários, deixando assim o meu contacto, rebeaorselli@yahoo.com.br

Os meus melhores cumprimentos,
Rebeca Orselli

Marlene Matos <mmatos@psi.uminho.pt>

10/01/202
0, 05:55

para Ana, mim

Bom dia Sani e Rebeca

Agradeço o vosso interesse.
Autorizo a utilização da referida escala para os efeitos que descreve.
Solicitamos o envio do trabalho final em que esta for utilizada.

Com os melhores cumprimentos,

Marlene Matos, PhD
Assistant Professor
Department of Applied Psychology
School of Psychology
University of Minho
Campus de Gualtar
4710-053 Braga
Portugal
Tel: +351 253 604 607
mmatos@psi.uminho.pt

Anexo B
Assentimento Livre e Esclarecido

Assentimento livre e esclarecido ao sujeito de pesquisa (online) Gostaríamos de convidá-lo a participar do projeto de pesquisa “Vitimação por Stalking e Cyberstalking de jovens universitários brasileiros, desenvolvido como projeto do mestrado em Psicologia da Justiça da Universidade Fernando Pessoa. O objetivo geral deste projeto é avaliar a existência e os padrões de vitimação do stalking e cyberstalking entre a população de estudantes universitários no Brasil. A pesquisa será realizada no formato de questionário online que será inserido numa plataforma online através do Google Docs e terá duração máxima de 10 minutos. Cabe ressaltar que os procedimentos acima descritos oferecem riscos mínimos aos participantes, mas por se tratar de um tema delicado pode gerar mal-estar, e assim, o (a) participante poderá abandonar a pesquisa a qualquer momento. Antes do seu preenchimento serão prestadas informações sobre o objetivo do estudo, os critérios para poder responder aos instrumentos, a importância da sua participação, garantindo o anonimato e confidencialidade dos dados obtidos. Será ainda fornecido um endereço eletrônico, para o qual poderão os interessados pedir esclarecimentos, informações e expor questões que possam surgir no decurso do estudo. A participação nesta pesquisa é voluntária e os participantes não receberão nenhuma compensação financeira para participar do estudo, sendo a eles permitido a desistência de sua participação em qualquer momento do estudo. Os benefícios que podem ser gerados, são no sentido de aumentar, principalmente no âmbito brasileiro, o número de trabalhos na área de cyberstalking e stalking e contribuir para melhorar o conhecimento científico da problemática, assim como apoiar os potenciais vítimas no reconhecimento desta forma de violência e a intervenção do profissional que atende essa população. As informações coletadas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes e será garantido o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes. Ao dar o seu assentimento, você está concordando com os termos expostos nestas instruções. Em caso de quaisquer dúvidas ou questões, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESPM (CEP), pelo telefone +55 11 5085-4791, pelo endereço Rua Álvaro Alvim, 123, Bloco C, 4o andar, São Paulo (SP) pelo endereço eletrônico cep@espm.br. O CEP tem por objetivo garantir os direitos e dignidade dos participantes de pesquisa, bem como zelar pelo cumprimento dos parâmetros éticos expressados no Código de Boas Práticas Científicas da ESPM.

Pode ainda contactar para esclarecimentos complementares e/ou necessidade de apoio a investigadora:

Rebeca Orselli Monteiro

RG: 27888697-8

CPF: 379342868-05

E-mail: 39308@ufp.edu.pt

Tel: (11) 98966-8018

Aceito. Declaro que li e entendi os objetivos deste estudo, e que as dúvidas que tive foram esclarecidas pelo Pesquisador Responsável. Estou ciente que a participação é voluntária, e que, a qualquer momento tenho o direito de obter outros esclarecimentos sobre a pesquisa e de retirar a permissão para participar da mesma, sem qualquer penalidade ou prejuízo.

Anexo C

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vitimação por Stalking e Cyberstalking de jovens universitários brasileiros

Pesquisador: Rebeca Orselli Monteiro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 29207520.3.0000.9127

Instituição Proponente: Universidade Fernando Pessoa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.959.314

Apresentação do Projeto:

Informações suficientes conforme parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Informações suficientes conforme parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Alterações realizadas conforme indicado no parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem novos comentários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Alterações realizadas conforme indicado no parecer anterior.

Recomendações:

Sem novas recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está adequado e sem pendências ou inadequações. Atendeu às solicitações do Comitê, em especial àquelas referentes aos possíveis desconfortos causados aos participantes.